

1. Balanços financeiros, contábeis e patrimoniais dos últimos 05 (cinco) anos

Em branco!

Pasconcelis



Manaus Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

LEGISLATIVA
CPI DAS ÁGUAS
Nº 2023
FI: 004
RUB. Paschoal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Manaus Ambiental S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações envolvendo ex-investida e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Companhia, contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes para averiguação do procedimento investigatório instaurado pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO), deflagrado em 1º de setembro de 2016 na ex-investida Aegea Engenharia e Comércio Ltda, bem como para a realização de diligências específicas relacionadas à operação deflagrada pela Polícia Federal, em 11 de maio de 2017, na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento, os trabalhos dos contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração não foram totalmente finalizados, de modo que, neste momento, não é possível prever eventuais desdobramentos dessas nas citadas ex-investida e controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.f. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.e, 3.n, 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliar a existência, a natureza do gasto e a correta classificação; (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras em andamento durante visitas em unidades representativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e, 3.n, 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificações em 29 de março de 2019.



Building a better
working world



Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



Manaus Ambiental S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.352	8.757	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	240.357	29.517
Aplicações financeiras	5	180.040	11.159	Fornecedores e empreiteiros	10	69.724	82.071
Contas a receber de clientes	6	251.910	237.231	Obrigações trabalhistas e sociais		8.625	8.781
Estoques		5.934	5.124	Obrigações fiscais		2.297	2.059
Impostos a recuperar		2.445	4.434	Parcelamento de impostos		146	139
Adiantamento a fornecedores		150	2.047	Imposto de renda e contribuição social		2.880	-
Outros créditos		44.773	14.422	Dividendos a pagar	7	36.721	11.099
Total do ativo circulante		493.604	283.174	Outras contas a pagar		3.547	615
				Total do passivo circulante		364.297	134.281
Aplicações financeiras	5	672	674	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	237.210	166.889
Contas a receber de clientes	6	90.034	11.134	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	121.176	75.383
Ativo fiscal diferido	18	21.690	24.414	Parcelamento de impostos		1.339	1.409
Depósitos judiciais	12	128.715	121.311	Provisão para demandas judiciais	12	15.088	8.357
Outros créditos		-	120	Outras contas a pagar		5.980	90
Total do realizável a longo prazo		241.111	157.653	Total do passivo não circulante		380.793	252.128
Imobilizado		9.340	3.632	Total do passivo		745.090	386.409
Ativo de contrato de concessão	8	368.716	189.944	Patrimônio líquido			
Intangível	9	466.549	473.946	Capital social	13	612.044	612.044
Total do ativo não circulante		1.085.716	825.175	Reserva de lucros		121.487	37.727
				Reserva de subvenção para investimentos		100.699	72.169
Total do ativo		1.579.320	1.108.349	Total do patrimônio líquido		834.230	721.940
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.579.320	1.108.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	14	773.094	609.683
Custos dos serviços prestados	15	<u>(445.348)</u>	<u>(383.017)</u>
Lucro bruto		<u>327.746</u>	<u>226.666</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	16	(55.125)	(133.968)
Outras receitas operacionais		1.014	2.392
Outras despesas operacionais		<u>(576)</u>	<u>(710)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>273.059</u>	<u>94.380</u>
Receitas financeiras	17	32.237	12.299
Despesas financeiras	17	<u>(145.987)</u>	<u>(28.963)</u>
Resultado financeiro		<u>(113.750)</u>	<u>(16.664)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>159.309</u>	<u>77.716</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(21.397)</u>	<u>(8.924)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>137.912</u></u>	<u><u>68.792</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

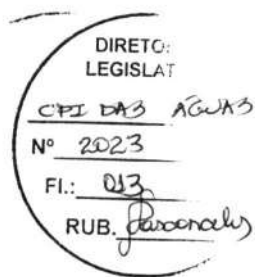
Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>137.912</u>	<u>68.792</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>137.912</u></u>	<u><u>68.792</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros	Reserva de subvenção para investimentos		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	612.044	1.688	14.725	64.423	-	692.880
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.792	68.792
Ajuste adoção inicial CPC 48 - PECLD	-	-	(28.633)	-	-	(28.633)
Destinações						
Reserva legal	13 b	2.744	-	-	(2.744)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13 e	-	-	-	(11.099)	(11.099)
Reserva de subvenção	13 d	-	-	7.746	(7.746)	-
Retenção de lucros	13 c	-	47.203	-	(47.203)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	612.044	4.432	33.295	72.169	-	721.940
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	137.912	137.912
Destinações						
Reserva legal	13 b	6.896	-	-	(6.896)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13 e	-	-	-	(25.622)	(25.622)
Reserva de subvenção	13 d	-	-	28.530	(28.530)	-
Retenção de lucros	13 c	-	76.864	-	(76.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	612.044	11.328	110.139	100.699	-	834.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		159.309	77.716
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	15 e 16	45.945	44.831
Resultado na alienação de intangível	9	328	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11 e 17	8.741	6.748
Amortização do custo de captação	11	1.043	23
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 17	(5.875)	(320)
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	25.635	2.144
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	12 e 16	(1.115)	1.952
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	12	(193)	-
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	12 e 17	1.499	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	17	(4.827)	(5.202)
Juros sobre arrendamentos	17	503	-
Perda (Reversão) esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 16	89.773	(22.435)
(Recuperação) Baixa de títulos do contas a receber	6 e 16	(102.262)	107.011
		218.504	212.468
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(106.725)	(120.138)
Títulos a valores mobiliários		-	4.617
Estoques		(810)	5.868
Impostos a recuperar		2.627	(146)
Adiantamentos a fornecedores		1.897	(1.824)
Depósitos judiciais		(2.577)	(1.268)
Outros créditos		(3.545)	(13.353)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(12.347)	39.088
Obrigações trabalhistas e sociais		(156)	1.158
Obrigações fiscais		238	44
Parcelamentos de impostos		(63)	80
Pagamento de demandas judiciais	12	(20.146)	(9.467)
Outras contas a pagar		1.356	705
Juros pagos	11	(13.198)	(15.235)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(15.921)	(8.450)
		49.134	94.147
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(165.182)	(11.726)
Juros recebidos	5	1.668	161
Aquisição de imobilizado		-	(2.073)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(200.455)	(143.475)
		(363.969)	(157.113)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	11	300.000	57.727
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(2.165)	(675)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	11	(29.198)	(70.970)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		45.793	75.383
		314.430	61.465
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		(405)	(1.501)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	8.757	10.258
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	8.352	8.757
		(405)	(1.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 14 – reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 19.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 com relação a este assunto.

j. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimento de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e atualização monetária de depósitos judiciais. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, ajuste a valor presente de clientes, descontos concedidos e despesas e comissões bancárias. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

(i) Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos de janeiro de 2012 à dezembro de 2021.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do imposto de renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLI), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iv) Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

o. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

p. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q. Normas e interpretações adotadas

As seguintes normas entraram em vigor a partir do exercício iniciado após 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento anteriormente existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em 1º de janeiro de 2019. O efeito da aplicação inicial da respectiva norma sobre as demonstrações financeiras foi de R\$ 6.963, registrados no ativo de direito de uso na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento na rubrica de outras contas a pagar, no Balanço Patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 (R2) em 01/01/2019	Saldo em 01/01/2019 Pós adoção do CPC 06 (R2)
Imobilizado	-	6.963	6.963
Outras contas a pagar	(705)	(6.963)	(7.668)

(ii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e consideram a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de Imposto de Renda.

A Companhia avaliou o ICPC 22 e concluiu que a respectiva interpretação não trouxe impacto em suas demonstrações financeiras.



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

r. Novas normas e interpretações

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

s. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	73	74
Bancos conta movimento	8.279	8.683
	<u>8.352</u>	<u>8.757</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações pós-fixadas	75% a 100% do CDI	Julho/2020 a Março/2021	136.065	11.833
Fundo de Investimento Safira	77,72% a 102,98% do CDI	Indeterminado	44.647	-
			<u>180.712</u>	<u>11.833</u>
Circulante			180.040	11.159
Não circulante			672	674

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não tem prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no não circulante referem-se a Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas que, embora de liquidez diária, são apresentadas no não circulante por estarem vinculadas aos empréstimos que a Companhia captou em exercícios anteriores. A



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta reserva, durante toda a vigência do contrato, saldo equivalente a 3 contraprestações mensais.

Movimentação das aplicações financeiras:

	2019	2018
Saldo inicial	11.833	-
Aplicação	473.101	107.230
(-) Resgate de principal	(307.910)	(95.504)
(-) Resgate de juros	(1.668)	(161)
(-) Incidência de IR	(510)	(52)
(-) Incidência de IOF	(9)	-
Juros no exercício	5.875	320
Saldo final	180.712	11.833

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Faturamento de serviços de água e esgoto	564.734	385.703
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	24.664	20.344
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(247.454)	(157.682)
	<u>341.944</u>	<u>248.365</u>
Circulante	251.910	237.231
Não circulante	90.034	11.134

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2019						Total em 2019
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	30.616	71.117	48.392	61.732	99.269	280.510	311.126
Comercial	4.382	14.246	8.772	6.913	26.928	56.859	61.241
Industrial	140	804	1.021	867	1.388	4.080	4.220
Setor público	5.682	6.771	5.371	3.171	4.614	19.927	25.609
Subtotal consumidores	40.820	92.938	63.556	72.683	132.199	361.376	402.196
Renegociações (i)	134.729	12.824	5.373	6.319	3.293	27.809	162.538
	<u>175.549</u>	<u>105.762</u>	<u>68.929</u>	<u>79.002</u>	<u>135.492</u>	<u>389.185</u>	<u>564.734</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2018						Total em 2018
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	28.832	69.090	44.341	63.582	48.545	225.558	254.390
Comercial	3.210	7.280	3.656	7.043	28.621	46.600	49.810
Industrial	109	742	487	1.295	-	2.524	2.633
Setor público	4.807	7.030	3.578	7.831	6.066	24.505	29.312
Subtotal consumidores	36.958	84.142	52.062	79.571	83.232	299.187	336.145
Renegociações (i)	30.670	10.435	3.760	4.669	24	18.888	49.558
	<u>67.628</u>	<u>94.577</u>	<u>55.822</u>	<u>84.420</u>	<u>83.256</u>	<u>318.075</u>	<u>385.703</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2019 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 30.381, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 5,92 % a.a. (R\$ 4.705 e 6,02 % a.a. em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 foram registrados no resultado do período o montante de R\$ 25.676 de ajuste a valor presente (R\$ 2.144 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Natureza	Saldo em 2018	Resultado		Saldo em 2019
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(143.634)	(55.367)	10.694	(188.307)
Público	(6.111)	(1.160)	5.650	(1.621)
Renegociações	(7.937)	(49.604)	15	(57.526)
	<u>(157.682)</u>	<u>(106.131)</u>	<u>16.359</u>	<u>(247.454)</u>

Natureza	Saldo em 2017 (Reapresentado)	Resultado		Patrimônio líquido	Saldo em 2018
		Adições	Reversões	Ajuste na adoção inicial (iii)	
Privado (ii)	(146.332)	(41.309)	72.142	(28.135)	(143.634)
Público	-	(461)	-	(5.650)	(6.111)
Renegociações	-	(7.937)	-	-	(7.937)
	<u>(146.332)</u>	<u>(49.707)</u>	<u>72.142</u>	<u>(33.785)</u>	<u>(157.682)</u>

- (ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial
- (iii) Ajuste do impacto na adoção PECLD conforme requerido pelo CPC 48 registrado na rubrica de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido.

Durante o ano de 2019, o montante de R\$ 102.262 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018) de títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2019, as remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício totalizando um montante de R\$ 5.094 (R\$ 2.013 em 31 de dezembro de 2018) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Companhia de Saneamento de Manaus, que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2019	2018
Ativo circulante		
Outros créditos com partes relacionadas		
Companhia de Saneamento do Norte (g)	1	-
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.) (g)	73	-
Rio Negro Ambiental, Captação, Trat. e Distrib. de Águas SPE S.A. (b)	3.127	3.061
	<u>3.201</u>	<u>3.061</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (d)	4.243	780
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (e)	1.289	274
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.) (d)	19.300	950
	<u>24.832</u>	<u>2.004</u>
	<u>28.033</u>	<u>5.065</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (d)	-	780
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.826	1.677
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (g)	295	51
Águas Guariroba S.A. (g)	1	28
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (e)	460	108
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.) (d)	3.506	950
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (e)	580	-
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (g)	35	-
Rio Negro Ambiental, Captação, Trat. e Distrib. de Águas SPE S.A. (c)	3.315	1.097
	<u>11.018</u>	<u>4.691</u>
Dividendos a pagar		
Companhia de Saneamento de Manaus	36.721	11.099
	<u>36.721</u>	<u>11.099</u>
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	121.176	75.383
	<u>121.176</u>	<u>75.383</u>
	<u>168.915</u>	<u>91.173</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível a medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019		2018	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 21 a 30	3,7%	974.809	(575.391)	399.418	410.965
Edificações de estações de tratamento	de 24 a 30	3,8%	67.416	(38.879)	28.537	15.651
Máquinas e equipamentos	de 10 a 26	9,9%	103.607	(70.839)	32.768	40.182
Outros componentes	de 10 a 30	3,6%	32.051	(27.849)	4.202	5.027
			<u>1.177.883</u>	<u>(712.958)</u>	<u>464.925</u>	<u>471.825</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(2.372)	1.624	2.121
			<u>3.996</u>	<u>(2.372)</u>	<u>1.624</u>	<u>2.121</u>
			<u>1.181.879</u>	<u>(715.330)</u>	<u>466.549</u>	<u>473.946</u>
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2018		2017	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 21 a 30	3,7%	952.502	(541.537)	410.965	415.656
Edificações de estações de tratamento	de 24 a 30	3,8%	52.480	(36.829)	15.651	15.403
Máquinas e equipamentos	10	10,0%	103.978	(63.796)	40.182	46.482
Outros componentes	de 10 a 30	3,8%	32.051	(27.024)	5.027	5.927
			<u>1.141.011</u>	<u>(669.186)</u>	<u>471.825</u>	<u>483.468</u>
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			-	-	-	68.661
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.661</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(1.875)	2.121	554
			<u>3.996</u>	<u>(1.875)</u>	<u>2.121</u>	<u>554</u>
			<u>1.145.007</u>	<u>(671.061)</u>	<u>473.946</u>	<u>552.683</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

b. Movimentação do custo

Ativo	2018		2019		
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Líquido	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	952.502	22.307	-	974.809	
Edificações de estações de tratamento	52.480	14.936	-	67.416	
Máquinas e equipamentos	103.978	378	(749)	103.607	
Outros componentes	32.051	-	-	32.051	
	<u>1.141.011</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.177.883</u>	
Software					
Licença de uso de Software	3.996	-	-	3.996	
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>	
	<u>1.145.007</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.181.879</u>	
	2017	2018			
Ativo	Custo	Ajuste adoção inicial (CPC 47)	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	924.432	-	28.071	(1)	952.502
Edificações de estações de tratamento	50.571	-	1.909	-	52.480
Máquinas e equipamentos	101.748	-	2.229	1	103.978
Outros componentes	32.051	-	-	-	32.051
	<u>1.108.802</u>	<u>-</u>	<u>32.209</u>	<u>-</u>	<u>1.141.011</u>
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	66.661	(66.661)	-	-	-
	<u>66.661</u>	<u>(66.661)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Software					
Licença de uso de Software	2.131	-	1.865	-	3.996
	<u>2.131</u>	<u>-</u>	<u>1.865</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.177.594</u>	<u>(66.661)</u>	<u>34.074</u>	<u>-</u>	<u>1.145.007</u>



Manaus Ambiental S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2019 e 2018

c. Movimentação da amortização

Ativo	2018	2019		
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(541.537)	(33.854)	-	(575.391)
Edificações de estações de tratamento	(36.829)	(2.050)	-	(38.879)
Máquinas e equipamentos	(63.796)	(7.464)	421	(70.839)
Outros componentes	(27.024)	(825)	-	(27.849)
	(669.186)	(44.193)	421	(712.958)
Software				
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.875)	(497)	-	(2.372)
	(1.875)	(497)	-	(2.372)
	(671.061)	(44.690)	421	(715.330)

Ativo	2017	2018	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Instalações técnicas de saneamento	(508.776)	(32.761)	(541.537)
Edificações de estações de tratamento	(35.168)	(1.661)	(36.829)
Máquinas e equipamentos	(55.266)	(8.530)	(63.796)
Outros componentes	(26.124)	(900)	(27.024)
	(625.334)	(43.852)	(669.186)
Software			
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.577)	(298)	(1.875)
	(1.577)	(298)	(1.875)
	(626.911)	(44.150)	(671.061)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2019. A Companhia efetua a revisão da vida útil dos ativos sempre quando há mudanças nas estimativas.

Em dezembro de 2018, a Companhia revisou a vida útil dos bens que resultou na alteração da estimativa da vida útil remanescente de certos ativos. Os efeitos prospectivos estimados dessas alterações no resultado de amortização não tiveram impactos materiais.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

10 Fornecedores e empreiteiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais e serviços	58.706	77.380
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	11.018	4.691
	<u>69.724</u>	<u>82.071</u>

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Projeto BNDES	Pré 6,0% a.a., SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a.a. a 3,90% a.a.	fevereiro/2021 a junho/2029	298.984	277.576	138.907	166.746
Capital de Giro	SELIC + 2,53% a.a.	setembro/2023	30.000	30.000	31.569	29.660
Notas Promissórias Comerciais	CDI + 1,10% a.a.	junho/2020	200.000	200.000	206.495	-
Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	julho/2021	100.000	100.000	100.596	-
					<u>477.567</u>	<u>196.406</u>
Circulante					240.357	29.517
Não circulante					237.210	166.889

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – empréstimos e financiamentos

	<u>2019</u>
2021	29.750
2022	27.768
2023	25.172
2024	17.381
2025 em diante	37.748
	<u>137.819</u>

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

2021	<u>100.000</u>
Custo de captação (não circulante)	<u>(609)</u>
Total	<u>237.210</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Movimentação das dívidas:

Saldo inicial
Captações
(-) Pagamentos do principal
(-) Pagamentos de juros
Provisão de juros
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão
(-) Custo de captação do exercício
Amortização de custo de captação do exercício
Saldo final

2019	2018
196.406	206.906
300.000	57.727
(29.198)	(70.970)
(13.198)	(15.235)
8.741	6.748
15.938	11.882
(2.165)	(675)
1.043	23
<u>477.567</u>	<u>196.406</u>

O saldo de custo de captação em 31 de dezembro de 2019 totaliza o montante de R\$ 1.774 (R\$ 652 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Entre maio de 2009 e novembro de 2014, a Companhia assinou contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e bancos repassadores da linha BNDES, cujos recursos foram destinados à implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Manaus, no valor nominal total de R\$ 298.984, dos quais R\$ 277.576 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre fevereiro de 2021 e junho de 2029. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A ("AEGEA"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Companhia.

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato com o BNDES, destinado à Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de 2020 e agosto de 2023. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) conta reserva equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Companhia.

Em junho de 2019, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 20 notas comerciais, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000, que serão pagas em única parcela em junho de 2020. Essa operação conta com o aval da Aegea.

Em julho de 2019, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em julho de 2021 e os juros pagos trimestralmente a partir de outubro de 2019. Essa operação conta com o aval da Aegea.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2019.

12 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis (i)	1.882	259	4.397	1.503
Trabalhistas (ii)	2.729	1.908	7.164	4.633
Tributárias (iii)	124.104	119.144	3.527	2.221
	<u>128.715</u>	<u>121.311</u>	<u>15.088</u>	<u>8.357</u>

- (i) A Companhia manteve provisões para ações judiciais e processos administrativos, principalmente decorrentes de contratos celebrados com clientes e ex-fornecedores de serviços.
- (ii) A Companhia manteve provisões para litígios trabalhistas arquivados por ex-funcionários e por funcionários de nossos prestadores de serviços principalmente contestando o não pagamento de direitos trabalhistas.
- (iii) A Companhia não tem nenhuma provisão tributária individualmente significativa. No que refere-se aos depósitos judiciais de natureza tributária veja item "d".

Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 2018	1.503	4.633	2.221	8.357
Adições	7.953	3.683	-	11.636
Reversões	(8.618)	(4.133)	-	(12.751)
Pagamentos	(19.817)	(329)	-	(20.146)
Ativo de indenização (iv)	23.376	3.310	-	26.686
Atualização monetária	-	-	(193)	(193)
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (v)	-	-	1.499	1.499
Saldo em 2019	<u>4.397</u>	<u>7.164</u>	<u>3.527</u>	<u>15.088</u>

	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 2017 (Reapresentado)	9.817	4.860	1.195	15.872
Adições	14.375	6.756	1.026	22.157
Reversões	(14.212)	(5.993)	-	(20.205)
Pagamentos	(8.477)	(990)	-	(9.467)
Saldo em 2018	<u>1.503</u>	<u>4.633</u>	<u>2.221</u>	<u>8.357</u>

- (iv) Provisões sujeitas a reembolso conforme acordo de acionistas em combinação de negócios.
- (v) Este saldo é decorrente de eventual exigibilidade do PIS e da COFINS incidente sobre as receitas financeiras na Zona Franca de Manaus, discutido na esfera judicial (nota explicativa nº 17).

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 219.379 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 219.116 em 31 de dezembro de 2018), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo exigências de prestação de serviço, pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

pagamento, indenizações por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 5.223 (R\$ 12.075 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 7.664 (R\$ 7.395 em 31 de dezembro de 2018), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Processos tributários

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a questionamentos sobre o ISS, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 206.002 (R\$ 199.646 em 31 de dezembro de 2018), e o principal processo refere-se à:

- No ano de 2013, a Companhia ajuizou o Mandado de Segurança nº 0003477-15.2013.4.01.3200, em face a União Federal pleiteando o reconhecimento da não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus. O valor estimado da contingência em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 206.002 (R\$ 199.646 em 31 de dezembro de 2018).

O Mandado de Segurança que visa a suspensão da exigibilidade do PIS e da COFINS nas vendas internas da Companhia encontra-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União Federal face o Acórdão que julgou procedente o pleito e concedeu a segurança à Companhia.

d. Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 128.715 (R\$ 121.311 em 31 de dezembro de 2018). O principal depósito de natureza tributária está sendo demonstrado abaixo:

- Após o julgamento do Mandado de Segurança nº 0003477-15.2013.4.01.3200, no qual o TRF da 1ª Região, por unanimidade, acatou o pedido e reconheceu o direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados. A Companhia suspendeu, desde maio de 2016, os depósitos judiciais relativos a tais contribuições. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 124.104 (R\$ 119.278 em 31 de dezembro de 2018).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado é de R\$ 612.044 (R\$ 612.044 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 612.043.568 (seiscentos e doze milhões quarenta e três quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal equivalente ao número de ações.

Companhia de Saneamento de Manaus

100,00%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

d. Reserva de subvenção para investimento

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

e. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	137.912	68.792
Retenção de lucros	-	14.725
(-) Impacto do ajuste adoção inicial CPC 48 – PECLD na retenção de lucros	-	(28.633)
Lucro líquido após compensação de prejuízos	<u>137.912</u>	<u>54.884</u>
(-) Constituição da reserva legal	(6.896)	(2.744)
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	<u>(28.530)</u>	<u>(7.746)</u>
Lucro líquido ajustado	102.486	44.394
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>25.622</u>	<u>11.099</u>
Dividendos propostos no exercício	<u>25.622</u>	<u>11.099</u>

14 Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	473.516	405.120
Outros serviços indiretos de água	52.736	20.251
Serviços de esgoto	59.268	52.834
Receitas de construção	<u>206.626</u>	<u>146.267</u>
Total receita bruta	<u>792.146</u>	<u>624.472</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(27.392)	(14.239)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(1.426)</u>	<u>(550)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>763.328</u>	<u>609.683</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

15 Custos dos serviços prestados por natureza

	2019	2018
Pessoal	(33.666)	(37.838)
Conservação e manutenção	(5.600)	(14.374)
Serviços de terceiros	(46.816)	(47.021)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.556)	(3.165)
Amortização e depreciação	(43.414)	(43.204)
Custo de concessão	(5.644)	(4.541)
Custo de construção	(206.626)	(146.267)
Energia elétrica	(67.832)	(59.002)
Produtos químicos	(18.752)	(16.977)
Locação	(2.536)	(4.436)
Outros	(2.139)	(6.192)
	<u>(435.581)</u>	<u>(383.017)</u>

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2019	2018
Pessoal	(11.448)	(11.389)
Conservação e manutenção	(3.911)	(839)
Serviços de terceiros	(40.871)	(23.176)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.368)	(1.760)
Amortização e depreciação	(2.531)	(1.627)
Energia elétrica	(114)	(26)
(Perda) Reversão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(89.773)	22.435
Recuperação (Baixa) de títulos do contas a receber	102.262	(107.011)
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	1.115	(1.952)
Impostos, taxas e contribuições	(516)	(1.793)
Publicidade e propaganda	(2.764)	(566)
Seguros	(219)	(76)
Viagens e estadias	(546)	(1.254)
Locação	(2.129)	(1.899)
Outras	(2.312)	(3.035)
	<u>(55.125)</u>	<u>(133.968)</u>

17 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras (i)	6.168	416
Juros e multa recebidos ou auferidos	20.721	5.972
Descontos obtidos	272	709
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.827	5.202
Outras receitas financeiras	249	-
Receitas financeiras	<u>32.237</u>	<u>12.299</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.741)	(6.748)
Juros sobre atraso em pagamentos	(585)	(967)
Despesas com IOF	(9)	(457)
Descontos concedidos	(102.228)	(12.476)
Despesas e comissões bancárias	(5.574)	(5.450)
Ajuste a valor presente de clientes	(25.635)	(2.144)



Manaus Ambiental S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) (nota explicativa nº 12)	(1.499)	-
Juros sobre arrendamentos	(503)	-
Outras despesas financeiras	(1.213)	(721)
Despesas financeiras	(145.987)	(28.963)
Resultado financeiro	(113.750)	(16.664)

- (i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 293 registrados no resultado do período de 31 de dezembro de 2019 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2018).

18 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está apresentada como segue:

	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	159.309	77.716
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(54.165)	(26.424)
(Reversão)/Despesas indedutíveis	805	465
Inovação tecnológica	46	200
Baixa de títulos do contas a receber	3.150	-
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	27.914	16.648
PAT	853	191
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(47.203)	(10.714)
Diferido	(2.724)	(5.956)
Lucro da exploração	28.530	7.746
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(21.397)	(8.924)
Alíquota efetiva	13%	(11%)
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2019	2018
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(18.673)	(2.968)
Saldo a pagar referente a anos anteriores	-	(2.087)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(638)	(3.845)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	3.390	450
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(15.921)	(8.450)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	510	450
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.880	-
Total	3.390	450

- (i) Nota explicativa nº 3 letra "n" item "f".

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: aos prejuízos fiscais e base negativa, às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	Resultado	2019
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	24.047	13.690	37.737
Provisão para participação nos lucros	287	(51)	236
Provisão para demandas judiciais (i)	1.274	174	1.448
Ajuste a valor presente de clientes	717	3.910	4.627
Arrendamento CPC 06 (R2)	-	32	32
Ativo fiscal diferido	26.325	17.755	44.080
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(1.812)	(2.430)	(4.242)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(99)	(171) (ii)	(270)
Baixa por perda	-	(17.878)	(17.878)
Passivo fiscal diferido	(1.911)	(20.479)	(22.390)
Ativo fiscal diferido líquido	24.414	(2.724)	21.690

	2017 (Reapresentado)	Resultado	Patrimônio Líquido	2018
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	22.316	(3.421)	5.152	24.047
Provisão para participação nos lucros	375	(88)	-	287
Provisão para demandas judiciais (i)	2.136	(862)	-	1.274
Ajuste a valor presente de clientes	391	326	-	717
Ativo fiscal diferido	25.218	(4.045)	5.152	26.325
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	-	(1.812)	-	(1.812)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(99) (ii)	-	(99)
Passivo fiscal diferido	-	(1.911)	-	(1.911)
Ativo fiscal diferido líquido	25.218	(5.956)	5.152	24.414

- (i) O saldo na linha de Provisão para demandas judiciais em 31 de dezembro 2019 está líquido dos valores de ativo em indenização no montante de R\$ 852.
- (ii) O saldo está líquido do montante do imposto sobre a amortização do custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 159 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2018).

19 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 247.454, representando aproximadamente 41,99% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, esta provisão era de R\$ 157.682, representando aproximadamente 38,83% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.352	8.757
Aplicações financeiras	180.712	11.833
Contas a receber de clientes	341.944	248.365
	<u>531.008</u>	<u>268.955</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no período atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

2019

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	69.724	69.724	69.724	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	477.567	526.494	260.022	141.294	33.447	29.467	62.264
Dividendos a pagar	36.721	36.721	36.721	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	121.176	121.176	-	-	-	-	121.176
Outras contas a pagar	9.527	11.836	4.011	1.110	1.020	1.020	4.675
	<u>714.715</u>	<u>765.951</u>	<u>370.478</u>	<u>142.404</u>	<u>34.467</u>	<u>30.487</u>	<u>188.115</u>

2018

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	82.071	82.071	82.071	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	196.406	382.853	37.386	34.579	36.795	41.977	232.116
Dividendos a pagar	11.099	11.099	11.099	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	75.383	75.383	-	-	-	-	75.383
Outras contas a pagar	705	705	615	90	-	-	-
	<u>365.664</u>	<u>552.111</u>	<u>131.171</u>	<u>34.669</u>	<u>36.795</u>	<u>41.977</u>	<u>307.499</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2019	2018
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	180.712	11.833
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	477.567	196.406



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2019	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	180.712	Variação do CDI	4,40%	7.951	9.939	11.927	5.963	3.976
2- Passivos financeiros								
Financiamentos	(116.923)	Variação da TJLP	5,57%	(6.513)	(8.141)	(9.770)	(4.885)	(3.257)
Empréstimos e financiamentos	(48.199)	Variação da SELIC	4,40%	(2.121)	(2.651)	(3.182)	(1.591)	(1.061)
Debêntures e notas		Variação do CDI	4,40%					
Promissórias Comerciais	(307.091)			(13.512)	(16.890)	(20.268)	(10.134)	(6.756)
1 + 2 – Exposição líquida	(291.501)			(14.195)	(17.743)	(21.293)	(10.647)	(7.098)

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	8.352	-	8.352
Aplicações financeiras	5	180.040	672	-	180.712
Contas a receber de clientes	6	-	341.944	-	341.944
Total		180.040	350.968	-	531.008
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	69.724	69.724
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	-	-	477.567	477.567
Dividendos a pagar	7	-	-	36.721	36.721
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	-	-	121.176	121.176
Outras contas a pagar		-	-	9.527	9.527
Total		-	-	714.715	714.715



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das aplicações e dos empréstimos, financiamentos e debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 (R\$ 116.831 em 31 de dezembro de 2018) para danos materiais, R\$ 100.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2018) para responsabilidade civil, R\$ 760 (R\$ 640 em 31 de dezembro de 2018) para equipamentos, R\$ 55.556 (R\$ 26.417 em 31 de dezembro de 2018) para executante concessionário e R\$ 154.060 (R\$ 97.648 em 31 de dezembro de 2018) para riscos de engenharia.

21 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

22 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

23 Eventos subsequentes

Em 17 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou a liquidação da 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no montante total de R\$ 300.000 com valor nominal unitário de R\$ 10.000, em três séries, com vencimento em: i) 17 de janeiro de 2021, para a 1ª série; ii) 17 de janeiro de 2022, para a 2ª série e iii) 17 de janeiro de 2023, para a 3ª série. Os recursos captados com a emissão serão destinados para o financiamento de investimento e capital de giro da Companhia, bem como para o pagamento antecipado de dívidas.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
CRC PR 034233/O-7



Manaus Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019



Manaus Ambiental S.A.
(Companhia fechada)

Demonstrações Financeiras Individuais
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras



Manaus Ambiental S.A.
(Companhia fechada)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Manaus Ambiental S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e a correspondente demonstração financeira, referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Desde junho de 2018, estamos promovendo uma transformação nos serviços de água e esgoto em Manaus. Através de pilares como respeito, transparência e relacionamento com a cidade, a Águas de Manaus trabalha firme no propósito de elevar os índices de saneamento básico na capital do Amazonas. Ao mesmo tempo que contribuimos para expandir a cobertura de água e esgoto, tivemos resultados consistentes, e o EBITDA apresentou aumento de 21,8% em 2020 em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 388,6 milhões. Uma série de desafios vem sendo superada desde que chegamos na cidade. Em 2020, o mundo inteiro encarou o desafio da pandemia de Covid-19. Nossa resiliência foi colocada à prova para manter um serviço essencial aos manauaras funcionando, afinal, a água tratada e coleta e tratamento de esgoto são aliados importantes no combate ao coronavírus. Durante o período de pandemia, trabalhamos para proteger os nossos mais de 1.700 colaboradores, implantamos o sistema de trabalho em home office e criamos novos serviços de atendimento, como o “Porta em Porta”, além do reforço nos canais virtuais. Como serviço essencial, nossos times de operação seguiram nas ruas, trabalhando na linha de frente com equipamentos de proteção individual, álcool em gel e cumprindo todas as medidas necessárias para resguardar a sua saúde.

Todos os protocolos adotados renderam a certificação Safeguard, da Bureau Veritas, para a Águas de Manaus no mês de setembro. Obter o selo foi uma conquista que reforça a preocupação da empresa com o bem-estar de cada colaborador. O esforço da concessionária também foi reconhecido com a premiação “100 Lugares Incríveis para Trabalhar 2020”, organizada pelo portal UOL e Fundação Instituto de Administração (FIA). Conseguir resultados desse nível, em dois anos e meio de atuação na cidade, mostra que estamos no caminho correto.

A pandemia ainda colocou em prática o nosso talento de “Profissionais Além da Conta”. A Águas de Manaus instalou pias em locais públicos e unidades do SAMU, doou kits de higiene em parceria com o Unicef e cestas básicas para a população vulnerável, forneceu EPI’s para profissionais da saúde, levou água até o hospital de campanha municipal, comprou máscaras de costureiras locais e distribuiu para comunidades vulneráveis e tem fornecido diariamente 70 mil litros de água com hipoclorito concentrado para a Prefeitura, que os utiliza na sanitização de locais públicos da cidade. Nos períodos mais críticos do isolamento físico, ficamos ainda mais próximos da população, reforçando nossos laços com a cidade.

Provamos, ao longo de 2020, que é possível adaptar nossos objetivos e seguir em frente. Cumprimos todas as metas estabelecidas no contrato de concessão para o ano e até superamos algumas delas.

Através do programa Vem Com a Gente (VCG) levamos água tratada e dignidade para milhares de pessoas na cidade. Desde o início do programa, mais de 247 mil imóveis foram atendidos pelo programa,



beneficiando mais de 1,2 milhão de pessoas. Pessoas que passaram a receber água 24h por dia de maneira regular. Já implantamos 80 quilômetros de novas redes de abastecimento nestes locais e planejamos chegar a 150 quilômetros até o fim de 2021. Com a regularização dessas áreas, toda população do entorno é beneficiada, uma vez que a distribuição se dá de forma otimizada e sem desperdício. O VCG foi um dos projetos que conferiu à Águas de Manaus o Prêmio Cases de Sucesso em Água e Saneamento 2019, da Rede Brasileira do Pacto Global da Organização da Nações Unidas (ONU).

Vamos também continuar ampliando o número de famílias beneficiadas pela tarifa social que, atualmente, é de 63 mil. São famílias de baixa renda para as quais a concessionária concede 50% de desconto na conta de água. Dessa forma, além de agregarmos novas economias ativas, ampliamos o acesso ao saneamento básico e à saúde.

Em 2021, a Águas de Manaus seguirá crescendo, cuidando da cidade e de nossos colaboradores. Desde junho de 2018, já foram investidos mais de R\$ 384 milhões no saneamento básico da capital amazonense. Com relação ao abastecimento de água, os sistemas construídos para acompanhar o crescimento vegetativo de Manaus e abastecer comunidades da região do Tarumã, na zona Oeste, vão começar a operar em 2021. A estrutura conta com 35 mil metros de novas redes de água, quatro poços profundos (CPAS) e dois reservatórios. Aproximadamente 13 mil pessoas devem ser beneficiadas com os novos sistemas. Entre as localidades contempladas, está o primeiro bairro indígena oficialmente reconhecido em Manaus, o Parque das Tribos. Com isso, 98% da cidade seguirá abastecida pela concessionária com água tratada. O sistema de esgotamento sanitário, que hoje atende 22% da cidade, deve chegar aos 25% até o fim do ano, cumprindo a meta estabelecida no contrato. Serão implantadas novas redes de coleta e algumas ETE's ativas passarão por intervenções de melhorias. A Estação de Tratamento Prourbis, no bairro Jorge Teixeira, que passa por revitalização, deve entrar em operação. Com três mil metros quadrados, a ETE vai beneficiar mais de 7 mil famílias na zona Leste de Manaus. Em paralelo a isso, vamos avançar nos projetos de ampliação do serviço. Até o fim desta década, Manaus terá 80% de esgoto coletado e tratado.

Encerramos 2020 cientes de que temos muito trabalho pela frente e que podemos nos adaptar a qualquer ambiente. Por isso, estamos decididos a fazer de 2021 um ano de muitos avanços para Manaus.

Renato Medicis Maranhão Pimentel
Diretor Presidente

PERFIL DA COMPANHIA

A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Águas de Manaus") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus. O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DESTAQUES FINANCEIROS

Destques Financeiros ('000)	2020	2019	Δ %
Receita operacional líquida ¹	603.195	556.702	8,4%
Custos e despesas operacionais	(214.585)	(237.698)	-9,7%
EBITDA	388.610	319.004	21,8%
Margem EBITDA	64,4%	57,3%	0,0%
Resultado Financeiro	(34.095)	(113.750)	-70,0%
Lucro Líquido	266.521	137.912	93,3%

Receita Líquida

No ano de 2020, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 603,2 milhões, um aumento de 8,4% em função, principalmente: (i) do reajuste tarifário ordinário de 3,97% ocorrido em fevereiro de 2020; e (ii) do aumento de 4,8% no volume faturado.

Economias³

A concessionária finalizou o ano de 2020 com 574,2 mil economias atendidas, um aumento de 10,6% com relação ao ano anterior, sendo 501 mil economias ativas de água e 70,2 mil economias ativas de esgoto.

No ano de 2020, o número de economias atendidas com água cresceu 10,8% e o número de economias atendidas com esgoto cresceu 9,1% na comparação com o ano anterior.

Economias ativas	2020	2019	Δ %
Água	501.016	452.291	10,8%
Esgoto	70.198	64.368	9,1%
Total	571.214	516.659	10,6%

Volume faturado

No ano de 2020, o volume faturado foi de 94.470 mil m³, representando um crescimento de 4,8% na comparação com o ano anterior decorrente, principalmente, da expansão da base de economias ativas.

¹ Exclui as receitas de construção (ICPC 01 e OCPC 05),

² Exclui os custos de construção (ICPC 01 e OCPC 05) e os efeitos de amortização

³ Economia: – Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação (um hidrômetro) e 10 economias



Volume faturado ('000 m ³)	2020	2019	Δ %
Água	83.447	79.659	4,8%
Esgoto	11.023	10.491	5,1%
Total	94.470	90.150	4,8%

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas ('000)	2020	2019	Δ %
Custos e despesas operacionais ¹	(214.585)	(237.698)	-9,7%
Amortização e depreciação	(47.652)	(45.945)	3,7%
Total	(262.237)	(283.643)	-7,5%

Em 2020, os custos e despesas, descontados os efeitos de amortização e depreciação e os custos de construção, somaram R\$ 214,6 milhões, uma redução de 9,7%. O principal fator que contribuiu para essa redução, foi o reconhecimento de R\$ 73,1 milhões na linha de outras receitas operacionais devido ao êxito, em março de 2020, de processo judicial com relação a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados. Esse evento foi parcialmente compensado pelo aumento nos custos e despesas com Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD e serviços de terceiros.

EBITDA

Em 2020, o EBITDA totalizou R\$ 388,6 milhões, um aumento de 21,8% com relação ano anterior. A margem EBITDA atingiu 64,4%, 7,1 p.p. acima de 2019. Esse resultado é decorrente, principalmente, do ganho na linha de outras receitas operacionais líquidas decorrente do processo judicial com relação a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados.

EBITDA ('000)	2020	2019	Δ %
Lucro Líquido	266.521	137.912	93,3%
(+) Resultado Financeiro	34.095	113.750	-70,0%
(+) Imposto sobre Lucro	40.342	21.397	88,5%
(+) Depreciação e Amortização	47.652	45.945	3,7%
EBITDA	388.610	319.004	21,8%
Margem EBITDA	64,4%	57,3%	7,1 p.p.

ENDIVIDAMENTO

Em 2020, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 875,1 milhões, um aumento de R\$ 397,6 milhões com relação ao ano anterior, em função principalmente da 2ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 300 milhões, ocorrida em Jan/2020, e da 5ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 310 milhões, ocorrida em Mai/2020, com vencimento em 5 anos;

A concessionária encerrou o ano com caixa de R\$ 345,6 milhões.

A dívida total da Companhia é indexada ao CDI (46,8%), IPCA (35,7%), TJLP (13,7%), Selic (3,3%) e PRE (0,5%) e o custo da dívida ficou em 6,5% a.a. no ano de 2020.



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou os seguintes serviços:

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e revisão limitada dos respectivos trimestres.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S apenas para realização de serviços relacionados à auditoria externa, conforme descritos acima.

As informações no comentário de desempenho sobre o Volume de Água e Esgoto Faturado, Número de Economias de Água e Esgoto, Índice de Perdas na Distribuição, Margem EBITDA e aspectos quantitativos sobre o EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Agradecimentos

Finalizando, queremos agradecer nossos usuários e acionistas pela confiança, aos nossos financiadores e prestadores de serviços pelo apoio e aos nossos colaboradores pelo esforço e dedicação.

Conselho de Administração

Radamés Andrade Casseb – Presidente do Conselho de Administração

Guillermo Deluca - Conselheiro

Medade Haoxavell Fernandes - Conselheiro

Composição da Diretoria

Renato Medicis Maranhão Pimentel – Diretor Presidente

Luiz Carlos Costa Couto – Diretor Executivo

Contador

Hugo Rafael Mitz
CRC PR 050369/O-4



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Manaus Ambiental S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação envolvendo controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”), controladora da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para averiguação dos eventos sobre os procedimentos investigatórios da Polícia Federal, deflagrado em 11 de maio de 2017 na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. A Companhia não está no escopo das investigações. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.f. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.e., 3.l., 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e., 3.l., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Manaus Ambiental S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.342	8.352	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	141.380	240.357
Aplicações financeiras	5	336.263	180.050	Fornecedores e empreiteiros	11	58.821	69.724
Contas a receber de clientes	6	281.117	251.910	Obrigações trabalhistas e sociais		10.677	8.625
Estoques		7.684	5.934	Obrigações fiscais		1.435	2.297
Impostos a recuperar	7	18.611	2.445	Parcelamento de impostos		150	146
Outros créditos		45.926	44.923	Imposto de renda e contribuição social		1.655	2.880
Total do ativo circulante		698.943	493.604	Dividendos a pagar	8	-	36.721
				Outras contas a pagar		1.239	3.547
				Total do passivo circulante		215.357	364.297
Aplicações financeiras	5	-	672				
Contas a receber de clientes	6	149.103	90.034	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	733.754	237.210
Impostos a recuperar	7	120.223	-	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	121.176
Ativo fiscal diferido	20 b.	-	21.690	Parcelamento de impostos		1.223	1.339
Depósitos judiciais	13	5.646	128.715	Provisão para demandas judiciais	13	19.797	15.088
Outros créditos		43	-	Passivo fiscal diferido	20 b.	914	-
Total do realizável a longo prazo		275.015	241.111	Outras contas a pagar		5.744	5.980
				Total do passivo não circulante		761.432	380.793
Imobilizado		11.534	9.340				
Ativo de contrato da concessão	9	134.266	368.716	Total do passivo		976.789	745.090
Intangível	10	785.239	466.549				
Total do ativo não circulante		1.206.054	1.085.716	Patrimônio líquido	14		
				Capital social		612.044	612.044
Total do ativo		1.904.997	1.579.320	Reserva de lucros		167.978	121.487
				Reserva de incentivos fiscais		148.186	100.699
				Total do patrimônio líquido		928.208	834.230
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.904.997	1.579.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	15	736.826	773.094
Custos dos serviços prestados	16	<u>(364.042)</u>	<u>(445.348)</u>
Lucro bruto		<u>372.784</u>	<u>327.746</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	17	(108.374)	(55.125)
Outras receitas operacionais	18	76.759	1.014
Outras despesas operacionais		<u>(211)</u>	<u>(576)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>340.958</u>	<u>273.059</u>
Receitas financeiras	19	81.936	32.237
Despesas financeiras	19	<u>(116.031)</u>	<u>(145.987)</u>
Resultado financeiro		<u>(34.095)</u>	<u>(113.750)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>306.863</u>	<u>159.309</u>
Imposto de renda e contribuição social	20 a.	<u>(40.342)</u>	<u>(21.397)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>266.521</u>	<u>137.912</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	23	<u>0,44</u>	<u>0,23</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	23	<u>0,44</u>	<u>0,23</u>
Quantidade média de ações		612.043.568	612.043.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Manaus Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		306.863	159.309
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16 e 17	47.652	45.945
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	13 e 17	6.446	(1.115)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	100.486	89.773
Recuperação de títulos do contas a receber	6 e 17	(67.631)	(102.262)
Resultado na baixa de imobilizado		(18)	-
Resultado na baixa de intangível	10	108	328
Crédito de Pis/Cofins com decisão judicial	18	(72.211)	-
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 19	(8.787)	(5.875)
Atualização monetária de crédito de Pis/Cofins com decisão judicial	19	(63.734)	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 19	35.555	8.741
Amortização do custo de captação	12	3.819	1.043
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 19	4.511	25.635
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	13	173	(193)
Atualização monetária de depósitos judiciais	19	(1.089)	(4.827)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	13 e 19	3.808	1.499
		295.951	218.001
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(125.642)	(106.725)
Estoques		(1.750)	(810)
Impostos a recuperar		2.210	2.627
Depósitos judiciais		123.519	(2.577)
Outros créditos		5.600	(1.648)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(10.903)	(12.347)
Obrigações trabalhistas e sociais		2.052	(156)
Obrigações fiscais		(862)	238
Parcelamentos de impostos		(112)	(63)
Pagamento de demandas judiciais	13	(12.367)	(20.146)
Outras contas a pagar		(3.086)	1.859
Juros pagos	12	(32.470)	(13.198)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20 a.	(18.963)	(15.921)
		223.177	49.134
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		(156.250)	(165.182)
Juros recebidos	5	7.471	1.668
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9	(118.627)	(200.455)
		(267.406)	(363.969)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	12	626.925	300.000
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(15.553)	(2.165)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	12	(235.713)	(29.198)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		(121.176)	45.793
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14 d.	(209.264)	-
		45.219	314.430
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa			
		990	(405)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	8.352	8.757
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	9.342	8.352
Aumento / (Redução) em caixa e equivalentes de caixa			
		990	(405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Receitas	713.393	685.761
Serviços	603.489	558.128
Receita de construção	133.631	216.392
Outras receitas	76.759	1.014
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(100.486)	(89.773)
Insumos adquiridos de terceiros	(353.284)	(449.559)
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(133.631)	(216.392)
Custos dos serviços prestados	(150.722)	(149.298)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.931)	(83.869)
Valor adicionado bruto	360.109	236.202
Amortização e depreciação	(47.652)	(45.945)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	312.457	190.257
Valor adicionado recebido em transferência	81.936	32.237
Receitas financeiras	81.936	32.237
Valor adicionado total a distribuir	394.393	222.494
Distribuição do valor adicionado	394.393	222.494
Pessoal	34.424	38.580
Remuneração direta	24.289	27.746
Benefícios	8.337	8.515
F.G.T.S	1.798	2.319
Impostos, taxas e contribuições	52.078	31.508
Impostos federais	50.784	29.462
Impostos estaduais	44	129
Impostos municipais	1.250	1.917
Remuneração de capitais de terceiros	41.370	14.494
Juros	36.181	9.829
Aluguéis	5.189	4.665
Remuneração de capitais próprios	266.521	137.912
Dividendos e juros sobre capital próprio	62.384	25.622
Lucros retidos	204.137	112.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus.

Em 15 de junho de 2018, a Aegea Saneamento e Participações S.A. através da controlada indireta Igarapé Sustentabilidade S.A., concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações da Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM"), que detêm, respectivamente, a totalidade das ações da Companhia.

O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade de pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia vêm adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e
- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados à ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativas a 31 de dezembro de 2020 e divulgada no dia 19 de fevereiro de 2021, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guariroba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas nas duas operações. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Em relação ao evento supracitado, relacionado à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. no âmbito das Operações Sevandija, a Aegea divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda., com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40.000 (que serão atualizados até a data do pagamento), ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação.



2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 15); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 20).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.



*Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: móveis e utensílios 10 a 15 anos, equipamentos de informática 3 a 15 anos e veículos, máquinas e equipamentos 5 a 15 anos.



A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “l” e custos de desenvolvimento e aquisição de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

i. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e atualização monetária de crédito de PIS/COFINS. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, ajuste a valor presente, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

k. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos desde de janeiro de 2012 à dezembro de 2021. Em 21 de agosto de 2020 a Companhia ingressou com pedido de renovação do incentivo para mais 10 anos. O próximo ciclo está em processo documental, aguardando aprovação pelo órgão competente.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

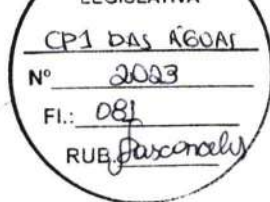
Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.



As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

I. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

m. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

n. Demonstração de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

o. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.



- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

q. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

r. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	5	73
Bancos conta movimento	9.337	8.279
	<u>9.342</u>	<u>8.352</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações pós-fixadas	99,73 % do CDI	Janeiro/2021 a Agosto/2022	256.949	136.065
Fundo de Investimento Safira	77,21% do CDI	Indeterminado	18.971	44.647
Fundo de Investimento BB	84,88% do CDI	Indeterminado	60.343	-
			<u>336.263</u>	<u>180.712</u>
Circulante			336.263	180.040
Não circulante			-	672

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante referem-se a operações compromissadas, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas em 31 de dezembro de 2019 no não circulante referem-se a Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e operações compromissadas que, embora de liquidez diária, são apresentadas no não circulante por estarem vinculadas aos empréstimos que a Companhia captou em exercícios anteriores. A cláusula contratual determina que a Companhia deve manter em conta reserva ou apresentar carta fiança, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda o equivalente a 3 contraprestações mensais. Em junho de 2020 a Companhia optou por apresentar carta fiança a fim de cumprir a exigência contratual, portanto não há valores reconhecidos no não circulante em 31 de dezembro de 2020.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não têm prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), Operações Compromissadas, Letras Financeiras e, Títulos Públicos conforme previsto em sua política de investimentos.

O fundo gerido pelo Banco do Brasil corresponde a aplicação em fundo de investimento com a carteira composta por títulos públicos, não exclusivos, devidamente registrados junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia.

As aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Movimentação das aplicações financeiras

	2020	2019
Saldo inicial	180.712	11.833
Aplicações	1.352.412	473.101
(-) Resgate de principal	(1.196.161)	(307.910)
(-) Resgate de juros	(7.471)	(1.668)
(-) Incidência de IR	(2.015)	(510)
(-) Incidência de IOF	(1)	(9)
Juros no exercício (nota explicativa nº 19)	8.787	5.875
Saldo final	336.263	180.712

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Faturamento de serviços de água e esgoto	644.396	564.734
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	25.790	24.664
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(239.966)	(247.454)
	430.220	341.944
Circulante	281.117	251.910
Não circulante	149.103	90.034

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2020						Total em 2020
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Residencial	33.445	77.407	45.999	76.631	58.481	258.518	291.963
Comercial	4.518	16.024	12.977	18.207	10.801	58.009	62.527
Industrial	112	559	526	1.660	920	3.665	3.777
Setor público	3.717	5.900	7.472	9.395	7.670	30.437	34.154
Subtotal consumidores	41.792	99.890	66.974	105.893	77.872	350.629	392.421
Renegociações (i)	206.833	19.259	10.220	8.382	7.281	45.142	251.975
	248.625	119.149	77.194	114.275	85.153	395.771	644.396
Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2019						Total em 2019
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	Total	
Residencial	30.616	71.117	48.392	61.732	99.269	280.510	311.126
Comercial	4.382	14.246	8.772	6.913	26.928	56.859	61.241
Industrial	140	804	1.021	867	1.388	4.080	4.220
Setor público	5.682	6.771	5.371	3.171	4.614	19.927	25.609
Subtotal consumidores	40.820	92.938	63.556	72.683	132.199	361.376	402.196
Renegociações (i)	134.729	12.824	5.373	6.319	3.293	27.809	162.538
	175.549	105.762	68.929	79.002	135.492	389.185	564.734

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2020 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 34.892, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 5,91% a.a. (R\$ 30.381 e 5,92% a.a. em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 4.511 de ajuste a valor presente (R\$ 25.676 em 31 de dezembro de 2019).



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

7 Impostos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.245	1.786
Créditos de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	135.830	-
Outros	759	659
	<u>138.834</u>	<u>2.445</u>
Circulante	18.611	2.445
Não circulante	120.223	-

- (i) Conforme nota explicativa nº 13, letra “c”, devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a Companhia reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativo aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 5.951 (R\$ 5.094 em 31 de dezembro de 2019).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Companhia de Saneamento de Manaus, que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias do mesmo grupo econômico.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2020	2019
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (e)	37	-
Companhia de Saneamento do Norte (e)	1	1
R3 Engenharia S.A. (e)	-	73
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (c)	3.674	3.127
	<u>3.712</u>	<u>3.201</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (g)	-	4.243
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (g)	6.390	-
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	-	1.289
R3 Engenharia S.A. (g)	-	19.300
	<u>6.390</u>	<u>24.832</u>
	<u>10.102</u>	<u>28.033</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.757	2.826
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) (g)	1.928	-
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (e)	209	295
Águas Guariroba S.A. (e)	1	1
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	553	460
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	9	580
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (e)	-	35
R3 Engenharia S.A. (g)	-	3.506
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (d)	4.002	3.315
	<u>9.459</u>	<u>11.018</u>
Dividendos a pagar		
Companhia de Saneamento de Manaus	-	36.721
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	-	121.176
	<u>9.459</u>	<u>168.915</u>
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(6.371)	(5.666)
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (d)	(37.440)	(33.085)
	<u>(43.811)</u>	<u>(38.751)</u>
Despesas de vendas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(33.641)	(31.406)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(121)	(130)
	<u>(33.762)</u>	<u>(31.536)</u>
	<u>(77.573)</u>	<u>(70.287)</u>



- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) A natureza dos saldos mantidos em outros créditos refere-se substancialmente pela venda de infraestrutura de bombas de captação realizada em 2017 para a Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (d) A natureza dos saldos mantidos nas contas de fornecedores e custos dos serviços prestados referem-se substancialmente ao fornecimento de água tratada pela Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.
- (e) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (f) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização. Em julho de 2020, a Companhia liquidou o montante total em aberto naquela data.
- (g) Há valores realizados com partes relacionadas que são classificados no grupo de ativo de contrato da concessão, os quais são de natureza operacional, em decorrência da contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário prestados pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.) e R3 Engenharia S.A. Os contratos estão assim representados:

	Saldo em 2019	Movimento					Saldo em 2020
		Novos contratos	Transferências	Reprogramação/ Baixa (i)	Sub- contratação	Realizado	
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	-	2.789	727.706	(192.171)	(13.148)	(6.390)	518.786
R3 Engenharia S.A.	727.706	-	(727.706)	-	-	-	-
	<u>727.706</u>	<u>2.789</u>	<u>-</u>	<u>(192.171)</u>	<u>(13.148)</u>	<u>(6.390)</u>	<u>518.786</u>

- (i) Os serviços passaram a ser assumidos diretamente pela Companhia que contratará terceiros para sua execução.

Os valores apresentados acima representam o valor global dos contratos de prestação de serviço e são reconhecidos contabilmente por meio de medição física, sendo os serviços prestados por terceiros e por partes relacionadas.

9 Ativo de contrato da concessão

	2020	2019
Ativo de contrato da concessão	<u>134.266</u>	<u>368.716</u>

Referem-se ao direito contratual da Companhia de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 10).

	2019	2020		
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	<u>368.716</u>	<u>133.631</u>	<u>(368.081)</u>	<u>134.266</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

	2018	2019		
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	189.944	216.393	(37.621)	368.716

- (i) Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram capitalizados R\$ 15.004 a uma taxa média de 6,12% a.a. (R\$ 15.938 e 7,93% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

10 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020		2019	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,6%	609.333	(248.886)	360.447	399.418
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	813.791	(430.832)	382.959	28.537
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,5%	116.466	(76.305)	40.161	32.768
Outros componentes	de 15 a 30	3,5%	766	(240)	527	4.202
			1.540.356	(756.263)	784.094	464.925
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(2.850)	1.145	1.624
			3.996	(2.850)	1.145	1.624
			1.544.352	(759.113)	785.239	466.549



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019		2018	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 21 a 30	3,7%	974.809	(575.391)	399.418	410.965
Edificações de estações de tratamento	de 24 a 30	3,8%	67.416	(38.879)	28.537	15.651
Máquinas e equipamentos	de 10 a 26	9,9%	103.607	(70.839)	32.768	40.182
Outros componentes	de 10 a 30	3,6%	32.051	(27.849)	4.202	5.027
			<u>1.177.883</u>	<u>(712.958)</u>	<u>464.925</u>	<u>471.825</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(2.372)	1.624	2.121
			<u>3.996</u>	<u>(2.372)</u>	<u>1.624</u>	<u>2.121</u>
			<u>1.181.879</u>	<u>(715.330)</u>	<u>466.549</u>	<u>473.946</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2019	2020			Custo
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas (i)	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	974.809	110.497	-	(475.973)	609.333
Edificações de estações de tratamento	67.416	249.285	-	497.090	813.791
Máquinas e equipamentos	103.607	3.264	(934)	10.529	116.466
Outros componentes	32.051	5.035	1	(36.321)	766
	<u>1.177.883</u>	<u>368.081</u>	<u>(933)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.540.356</u>
Software					
Licença de uso de Software	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.181.879</u>	<u>368.081</u>	<u>(933)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.544.352</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
de dezembro de 2020 e 2019

Ativo	2018	2019		
	Custo	Adições - nota explicativa 8 item (ii)	Baixas	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	952.502	22.307	-	974.809
Edificações de estações de tratamento	52.480	14.936	-	67.416
Máquinas e equipamentos	103.978	378	(749)	103.607
Outros componentes	32.051	-	-	32.051
	<u>1.141.011</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.177.883</u>
Software				
Licença de uso de Software	3.996	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.145.007</u>	<u>37.621</u>	<u>(749)</u>	<u>1.181.879</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	2019	2020			
	Amortização acumulada	Adições	Baixas (i)	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(575.391)	(31.439)	-	357.944	(248.886)
Edificações de estações de tratamento	(38.879)	(7.168)	-	(384.785)	(430.832)
Máquinas e equipamentos	(70.839)	(6.389)	825	97	(76.305)
Outros componentes	(27.849)	(814)	-	28.423	(240)
	<u>(712.958)</u>	<u>(45.810)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(756.263)</u>
Software					
Licença de uso de Software	(2.372)	(478)	-	-	(2.850)
	<u>(2.372)</u>	<u>(478)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.850)</u>
	<u>(715.330)</u>	<u>(46.288)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(759.113)</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativo	2018	2019		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(541.537)	(33.854)	-	(575.391)
Edificações de estações de tratamento	(36.829)	(2.050)	-	(38.879)
Máquinas e equipamentos	(63.796)	(7.464)	421	(70.839)
Outros componentes	(27.024)	(825)	-	(27.849)
	<u>(669.186)</u>	<u>(44.193)</u>	<u>421</u>	<u>(712.958)</u>
Software				
Licença de uso de Software	(1.875)	(497)	-	(2.372)
	<u>(1.875)</u>	<u>(497)</u>	<u>-</u>	<u>(2.372)</u>
	<u>(671.061)</u>	<u>(44.690)</u>	<u>421</u>	<u>(715.330)</u>

- (i) O valor de R\$ 3.084 de baixas, líquido de amortização no valor de R\$ 2.471, está composto conforme segue:
- (a) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 2.978, líquido da amortização no valor de R\$ 1.699, não houve impacto no resultado.
- (b) Baixa de R\$ 106, líquido de amortização no valor de R\$ 772, por alienação reconhecido em Outras Despesas Operacionais.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

11 Fornecedores e empreiteiros

	2020	2019
Fornecedores de materiais e serviços	49.362	58.706
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	9.459	11.018
	<u>58.821</u>	<u>69.724</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2020	2019
Projeto BNDES	Pré 6,0% a.a., SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a.a.	Fevereiro/2021 a Junho/2029	237.663	237.663	124.163	138.907
Capital de giro	SELIC + 2,53% a.a.	Agosto/2023	30.000	30.000	28.930	31.569
Notas promissórias comerciais	CDI + 1,50% a.a.	Janeiro/2023	300.000	300.000	309.151	206.495
Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	Julho/2021	100.000	100.000	100.419	100.596
Debêntures	IPCA + 6,25% a.a.	Junho/2025	310.000	310.000	312.471	-
					<u>875.134</u>	<u>477.567</u>
Circulante					141.380	240.357
Não circulante					733.754	237.210

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – empréstimos e financiamentos

	2020
2022	41.194
2023	318.373
2024	19.802
2025	18.734
2026	11.958
2027 em diante	12.955
	<u>423.016</u>

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

	2020
2025	321.617
Custo de captação (não circulante)	(10.879)
Total	<u>733.754</u>

Movimentação das dívidas:

	2020	2019
Saldo inicial	477.567	196.406
Captações	626.925	300.000
(-) Pagamentos do principal	(235.713)	(29.198)
(-) Pagamentos de juros	(32.470)	(13.198)
Provisão de juros (nota explicativa nº 19)	35.555	8.741
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 9, item "i")	15.004	15.938
(-) Custo de captação do exercício	(15.553)	(2.165)
Amortização do custo de captação do exercício	3.819	1.043
Saldo final	<u>875.134</u>	<u>477.567</u>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 13.508 (R\$ 1.774 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Entre maio de 2009 e novembro de 2014, a Companhia assinou contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e bancos repassadores da linha BNDES, cujos recursos foram destinados à implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Manaus, no valor nominal total de R\$ 237.663, já desembolsados. Os financiamentos têm vencimentos entre fevereiro de 2021 e junho de 2029. A operação com os bancos repassadores foi totalmente liquidada em fevereiro de 2020.

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimentos entre setembro de 2020 e agosto de 2023.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tais operações, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A (“AEGEA”); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Companhia.

Em junho de 2019, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 20 notas comerciais, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000, que serão pagas em única parcela em junho de 2020. Essa operação contava com o aval da controladora indireta Aegea. Tal operação foi totalmente liquidada em janeiro de 2020.

Em julho de 2019, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em julho de 2021 e os juros pagos trimestralmente a partir de outubro de 2019. Essa operação conta com o aval da controladora indireta Aegea.

Em janeiro de 2020, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 30 notas comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 300.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em janeiro de 2021, para a 1ª série, janeiro de 2022, para a 2ª série e janeiro de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela avalista controladora indireta Aegea.

Em maio de 2020, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 310.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em junho de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2020. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela controladora indireta Aegea.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2020.

13 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributárias e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	1.640	1.882	5.764	4.397
Trabalhistas	2.421	2.729	6.525	7.164
Tributárias	1.585	124.104	7.508	3.527
	<u>5.646</u>	<u>128.715</u>	<u>19.797</u>	<u>15.088</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	Resultado				Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária sobre PIS/COFINS das receitas financeiras	
	2019	Adições	Reversões	Pagamentos			2020	2019
Cível	4.397	8.154	(2.393)	(10.567)	6.173	-	-	5.764
Trabalhista	7.164	705	(20)	(1.800)	476	-	-	6.525
Tributária	3.527	-	-	-	-	3.808	173	7.508
	<u>15.088</u>	<u>8.859</u>	<u>(2.413)</u>	<u>(12.367)</u>	<u>6.649</u>	<u>3.808</u>	<u>173</u>	<u>19.797</u>

Natureza	Resultado				Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária sobre PIS/COFINS das receitas financeiras	
	2018	Adições	Reversões	Pagamentos			2019	2018
Cível	1.503	7.953	(8.618)	(19.817)	23.376	-	-	4.397
Trabalhista	4.633	3.683	(4.133)	(329)	3.310	-	-	7.164
Tributária	2.221	-	-	-	-	1.499	(193)	3.527
	<u>8.357</u>	<u>11.636</u>	<u>(12.751)</u>	<u>(20.146)</u>	<u>26.686</u>	<u>1.499</u>	<u>(193)</u>	<u>15.088</u>

(i) Provisões sujeitas a reembolso conforme acordo de acionistas em combinação de negócios.

(ii) Este saldo é decorrente de eventual exigibilidade do PIS e da COFINS incidente sobre as receitas financeiras na Zona Franca de Manaus, que está sendo discutido na esfera judicial (nota explicativa nº 19).

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível somavam o montante de R\$ 28.837 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 219.379 em 31 de dezembro de 2019), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo exigências de prestação de serviço, pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 12.171 (R\$ 5.223 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.



b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 9.154 (R\$ 7.664 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Processos tributários

A Companhia possuía processo correspondente a questionamento sobre a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre serviços prestados na Zona Franca de Manaus. Em 31 de dezembro de 2020, totaliza R\$ 0 (R\$ 206.002 em 31 de dezembro de 2019).

Em 02 de março de 2020, a Companhia obteve êxito no processo. Como efeito do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia reconheceu no ativo não circulante e no resultado em março de 2020 os valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, no montante de R\$ 135.945, sendo o principal no montante de R\$ 72.211 (nota explicativa nº 18) reconhecido em outras receitas operacionais e a atualização monetária no montante de R\$ 63.734 em receita financeira (nota explicativa nº 19).

No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

Depósitos judiciais

Em consequência do trânsito em julgado do processo referente a não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus, em maio de 2020 a Justiça Federal ressarciu o montante de R\$ 123.984.

A Companhia também possui depósitos judiciais no valor de R\$ 5.642 (R\$ 5.793 em 31 de dezembro de 2019), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado é de R\$ 612.044 e está representado por 612.043.568 (seiscentos e doze milhões, quarenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal equivalente ao número de ações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia de Saneamento de Manaus possui 100% de participação no Capital Social da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de incentivo fiscal

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de subvenção para investimento.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	266.521	137.912
(-) Constituição da reserva legal	(13.326)	(6.896)
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	(49.131)	(28.530)
Lucro líquido ajustado	<u>204.064</u>	<u>102.486</u>
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	62.384	25.622
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	110.159	-
	<u>172.543</u>	<u>25.622</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia declarou dividendos intercalares no montante de R\$ 62.384 e dividendos intermediários no montante de R\$ 110.159, sendo R\$ 51.016 imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social (R\$ 25.622 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia pagou integralmente os dividendos declarados no montante de R\$ 209.264.

e. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	515.965	473.516
Outros serviços indiretos de água	42.193	52.736
Serviços de esgoto	62.763	59.268
Receitas de construção ativo intangível	133.631	216.392
Total receita bruta	<u>754.552</u>	<u>801.912</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(17.432)	(27.392)
(-) Impostos sobre serviços	(294)	(1.426)
Total da receita operacional líquida	<u>736.826</u>	<u>773.094</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

16 Custos dos serviços prestados por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(31.742)	(33.666)
Conservação e manutenção	(6.653)	(5.600)
Serviços de terceiros	(12.974)	(13.731)
Serviços de terceiros para tratamento de água	(37.440)	(33.085)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.557)	(2.556)
Amortização e depreciação	(43.833)	(43.414)
Custo de concessão	(6.067)	(5.644)
Custo de construção ativo intangível	(133.631)	(216.392)
Energia elétrica	(66.039)	(67.832)
Produtos químicos	(15.767)	(18.752)
Locação	(3.523)	(2.536)
Outros	(2.816)	(2.140)
	<u>(364.042)</u>	<u>(445.348)</u>

17 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(9.278)	(11.448)
Conservação e manutenção	(3.279)	(3.911)
Serviços de terceiros	(42.539)	(40.871)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.634)	(1.368)
Amortização e depreciação	(3.819)	(2.531)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(100.486)	(89.773)
Recuperação de títulos do contas a receber	67.631	102.262
(Provisão) Reversão para demandas judiciais	(6.446)	1.115
Publicidade e propaganda	(2.779)	(2.764)
Locação	(1.666)	(2.129)
Outras	(4.079)	(3.707)
	<u>(108.374)</u>	<u>(55.125)</u>

18 Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	72.211	-
Outras receitas operacionais	4.548	1.014
	<u>76.759</u>	<u>1.014</u>

- (i) Conforme nota explicativa nº 13, letra "c", em consequência do trânsito em julgado favorável do processo nº 0003477-5.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a Companhia reconheceu no resultado do período os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 72.211, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.



Manaus Ambiental S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2020 e 2019

19 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	8.920	6.168
Juros e multa recebidos ou auferidos	7.868	20.721
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.089	4.827
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (ii)	63.734	-
Outras receitas financeiras	325	521
Receitas financeiras	<u>81.936</u>	<u>32.237</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12)	(35.555)	(8.741)
Descontos concedidos	(62.294)	(102.228)
Despesas e comissões bancárias	(5.193)	(5.574)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(4.511)	(25.635)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) (nota explicativa nº 13, item "ii")	(3.808)	(1.499)
Outras despesas financeiras	(4.670)	(2.310)
Despesas financeiras	<u>(116.031)</u>	<u>(145.987)</u>
Resultado financeiro	<u>(34.095)</u>	<u>(113.750)</u>

- (i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 133 registrados no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020 (R\$ 293 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Conforme nota explicativa nº 13, letra "c", em consequência do trânsito em julgado favorável do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a Companhia reconheceu no resultado do período os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 63.734, referente a atualização monetária dos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentada como segue:

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	306.863	159.309
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(104.333)</u>	<u>(54.165)</u>
Despesas/(Reversões) indedutíveis	(14.930)	805
Inovação tecnológica	73	46
Baixa de títulos do contas a receber	-	3.150
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	77.676	27.914
PAT	1.148	853
Outras diferenças permanentes	24	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(66.869)	(47.203)
Diferido	(22.604)	(2.724)
Lucro da exploração	49.131	28.530
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(40.342)</u>	<u>(21.397)</u>
Alíquota efetiva	<u>13%</u>	<u>13%</u>



Manaus Ambiental S.A.
 Demonstrações financeiras em
 31 de dezembro de 2020 e 2019

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	2020	2019
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(17.738)	(18.673)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(2.880)	-
Antecipação do IRPJ e CSLL	(150)	(638)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	1.805	3.390
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(18.963)	(15.921)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	150	510
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.655	2.880
Total	1.805	3.390

- (i) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração da Companhia até o ano calendário de 2021.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	Resultado	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	37.737	(1.142)	36.595
Provisão para participação nos lucros	236	242	478
Provisão para demandas judiciais (i)	1.448	788	2.236
Ajuste a valor presente de clientes	4.627	694	5.321
Arrendamentos CPC 06 (R2)	32	27	59
Ativo fiscal diferido	44.080	609	44.689
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(4.242)	(2.205)	(6.447)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(270)	(1.790)	(2.060)
Baixa por perda de títulos do contas a receber	(17.878)	(19.180)	(37.058)
Correção depósito judicial	-	(38)	(38)
Passivo fiscal diferido	(22.390)	(23.213)	(45.603)
Passivo fiscal diferido líquido	21.690	(22.604)	(914)
	2018	Resultado	2019
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	24.047	13.690	37.737
Provisão para participação nos lucros	287	(51)	236
Provisão para demandas judiciais (i)	1.274	174	1.448
Ajuste a valor presente de clientes	717	3.910	4.627
Arrendamento CPC 06 (R2)	-	32	32
Ativo fiscal diferido	26.325	17.755	44.080
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (ii)	(1.812)	(2.430)	(4.242)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(99)	(171)	(270)
Baixa por perda	-	(17.878)	(17.878)
Passivo fiscal diferido	(1.911)	(20.479)	(22.390)
Ativo fiscal diferido líquido	24.414	(2.724)	21.690

- (i) O saldo está líquido do imposto diferido sobre ativo de indenização no montante de R\$ 783 (R\$ 852 em 31 de dezembro de 2019).



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

- (ii) O saldo está líquido da amortização sobre juros capitalizados no ativo intangível no montante de R\$ 83 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2019).

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 239.966, representando aproximadamente 35,81% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, esta provisão era de R\$ 247.454, representando aproximadamente 41,99% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	9.342	8.352
Aplicações financeiras	336.263	180.712
Contas a receber de clientes	430.220	341.944
	<u>775.825</u>	<u>531.008</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	58.821	58.821	58.821	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	875.134	1.054.806	172.634	68.223	372.415	43.938	397.596
Outras contas a pagar	6.983	8.955	1.688	1.180	1.090	1.090	3.907
	<u>940.938</u>	<u>1.122.582</u>	<u>233.143</u>	<u>69.403</u>	<u>373.505</u>	<u>45.028</u>	<u>401.503</u>
2019							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	69.724	69.724	69.724	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	477.567	526.494	260.022	141.294	33.447	29.467	62.264
Dividendos a pagar	36.721	36.721	36.721	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	121.176	121.176	-	-	-	-	121.176
Outras contas a pagar	9.527	11.836	4.011	1.110	1.020	1.020	4.675
	<u>714.715</u>	<u>765.951</u>	<u>370.478</u>	<u>142.404</u>	<u>34.467</u>	<u>30.487</u>	<u>188.115</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2020	2019
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	336.263	180.712
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	875.134	477.567
Outras contas a pagar	6.295	6.447
	<u>881.429</u>	<u>484.014</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	336.263	Varição do CDI	1,90%	6.389	7.986	9.584	4.792	3.195
2- Passivos financeiros								
Financiamentos	(103.674)	Varição da TJLP	4,55%	(4.717)	(5.896)	(7.076)	(3.538)	(2.359)
Empréstimos e financiamentos	(45.134)	Varição da SELIC	1,90%	(858)	(1.073)	(1.287)	(644)	(429)
Empréstimos e debêntures	(409.570)	Varição do CDI	1,90%	(7.782)	(9.728)	(11.673)	(5.837)	(3.891)
Debêntures	(312.471)	Varição do IPCA	4,52%	(14.115)	(17.644)	(21.173)	(10.586)	(7.058)
1 + 2 – Exposição líquida	<u>(534.586)</u>			<u>(21.083)</u>	<u>(26.355)</u>	<u>(31.625)</u>	<u>(15.813)</u>	<u>(10.542)</u>



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e aplicações pós fixadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	9.342	-	9.342
Aplicações financeiras	5	336.263	-	-	336.263
Contas a receber de clientes	6	-	430.220	-	430.220
Total		<u>336.263</u>	<u>439.562</u>	<u>-</u>	<u>775.825</u>

Passivo					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	58.821	58.821
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	-	875.134	875.134
Outras contas a pagar		-	-	6.983	6.983
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>940.938</u>	<u>940.938</u>

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	8.352	-	8.352
Aplicações financeiras	5	180.040	672	-	180.712
Contas a receber de clientes	6	-	341.944	-	341.944
Total		<u>180.040</u>	<u>350.968</u>	<u>-</u>	<u>531.008</u>

Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	69.724	69.724
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	-	477.567	477.567
Dividendos a pagar	8	-	-	36.721	36.721
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	121.176	121.176
Outras contas a pagar		-	-	9.527	9.527
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>714.715</u>	<u>714.715</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.



Manaus Ambiental S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

O comparativo entre o valor contábil e valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto BNDES	124.162	127.450	138.906	143.898
Debêntures	100.625	101.321	101.173	102.606
Debêntures (IPCA)	322.469	347.611	-	-
Notas Promissórias Comerciais	312.047	314.980	207.138	208.148
Capital de giro	29.339	29.339	32.124	32.124
	<u>888.642</u>	<u>920.701</u>	<u>479.341</u>	<u>486.776</u>

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado e a divulgação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	2020	2019
Danos materiais	124.000	90.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Equipamentos	75	760
Executante concessionário	43.454	55.556
Riscos de engenharia	251.328	154.060



23 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação e o cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	266.521	137.912
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	612.044	612.044
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,44</u>	<u>0,23</u>

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

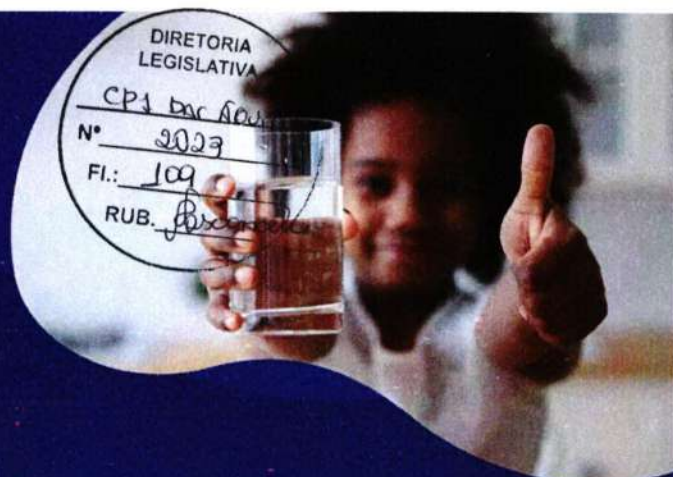
Hugo Rafael Mitz
CRC PR 050369/O-4



Demonstrações Financeiras

Manaus Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente



Resultados Águas de Manaus 4T21

11/03/22

ÁGUAS DE
ae MANAUS



Receita Operacional Líquida aumenta 11,3% e atinge R\$ 170,4 milhões no 4T21

Manaus, 11 de março de 2022. A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas de Manaus"), presente em Manaus, Estado do Amazonas, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2021 ("4T21") e do acumulado de janeiro a dezembro de 2021 ("12M21"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T21 e o quarto trimestre de 2020 ("4T20") e entre o 12M21 e o acumulado de janeiro a dezembro de 2020 ("12M20"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Durante o exercício de 2021, a Administração da Companhia realizou ajustes relacionados principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários em seus registros contábeis de exercícios anteriores. Consequentemente, os valores correspondentes referentes ao 12M20, apresentados neste relatório para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Maiores informações podem ser verificadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2021.

Destaques

- **Crescimento de 11,3% na Receita Líquida¹** em relação ao 4T20, atingindo R\$ 170,4 milhões;
- **Alavancagem Financeira** medida pela relação Dívida Líquida / EBITDA ficou em **2,21x**.
- Em 2021, a **Tarifa Manauara**, que concede **50% de desconto na conta de água e esgoto**, **ultrapassou 70 mil famílias beneficiadas**. Quando assumimos as operações, menos de 500 famílias contavam com o benefício.

¹ Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05).



maior número beneficiados da Tarifa Social per capita, prevendo alcançar nos próximos meses 500 mil moradores (ou 100 mil famílias) cadastradas, o equivalente a quase 20% da população da cidade.

O trabalho de regularização dos cadastros aliado à tecnologia e eficiência operacional vem refletindo também na redução do índice de perdas. Conseguimos diminuir quase 20 pontos percentuais em três anos e meio, saindo de 74,7% em 2018 para os atuais 56,9%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em 2021 também reafirmamos os nossos laços com as lideranças comunitárias da cidade que integram o programa “Afluentes”. Atualmente, mais de 1.000 líderes de todas as regiões da cidade participam ativamente do programa, repassando demandas e necessidades da população diretamente para nossas equipes. Esse trabalho traz mais agilidade na resolução de problemas como vazamentos e falta d’água, o que também

contribui para a melhora no índice de perdas mencionada anteriormente, eleva o indicador de recuperação de clientes e reforça nossa proximidade com a população.

No pilar ambiental, destaque para os 6.500 m2 de área dentro da estação de captação de água da Ponta das Lajes, às margens do Encontro das Águas, que começou a ser reflorestada para se tornar um parque verde, projeto em parceria com a Prefeitura de Manaus, Consulado do Japão e o Instituto Soka Amazônia.

Temos ciência do papel transformador do saneamento básico e queremos, além da ampliação da nossa eficiência operacional e dos indicadores de abastecimento e esgotamento sanitário, seguir promovendo melhorias na educação, saúde e renda – pilares do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), que norteiam a política de investimento social da Aegea.

A Administração





Destaques Financeiros

Destaques Financeiros ('000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Receita operacional líquida¹	170.387	153.151	11,3%	662.813	603.195	9,9%
Receita de água	155.573	143.528	8,4%	608.798	558.158	9,1%
Receita de Esgoto	16.728	15.888	5,3%	64.970	62.763	3,5%
Reduções da receita	(1914)	(6.265)	-69,4%	(10.955)	(17.726)	-38,2%
Custos e despesas operacionais²	(125.783)	(77.018)	63,3%	(355.642)	(215.215)	65,2%
EBITDA ex. efeito não recorrente³	44.604	76.133	-41,4%	307.171	315.769	-2,7%
Margem EBITDA ex. efeito não recorrente	26,2%	49,7%	-23,5 p.p.	46,3%	52,3%	-6,0 p.p.
EBITDA	44.604	76.133	-41,4%	307.171	387.980	-20,8%
Margem EBITDA	26,2%	49,7%	-23,5 p.p.	46,3%	64,3%	-18,0 p.p.
Resultado Financeiro	(54.469)	(19.866)	174,2%	(180.314)	(34.136)	428,2%
Lucro Líquido ex. efeito não recorrente⁴	(11.227)	39.270	-128,6%	60.382	131.277	-54,0%
Lucro Líquido	(11.227)	39.992	-128,1%	60.382	266.586	-77,3%

Receita Líquida

No 4T21, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 170,4 milhões, um aumento de 11,3% em relação ao 4T20 devido: (i) ao aumento no volume faturado em 5,6%; e (ii) à ampliação da base de clientes atendidos.

No 12M21, a receita operacional líquida cresceu 9,9% em relação ao 12M20 e atingiu R\$ 662,8 milhões. Esse crescimento é resultado, principalmente, dos eventos eleitorais anteriormente.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:



1 Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 64,6 milhões no 4T21 e R\$ 196,3 milhões no 12M21.

2 Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) sendo R\$ 64,6 milhões no 4T21 e R\$ 196,3 milhões no 12M21 e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

3 Desconsidera o efeito positivo no 12M20 referente ao êxito no processo judicial com relação à inexigibilidade de PIS/COFINS, no montante de R\$ 72,2 milhões em outras receitas operacionais.

4 Desconsidera o efeito positivo no 12M20 em relação ao êxito no processo judicial com relação à inexigibilidade de PIS/COFINS, no montante de R\$ 72,2 milhões em outras receitas operacionais e R\$ 63,7 milhões em receitas financeiras com atualização monetária. No 4T20, desconsidera o efeito positivo de R\$ 0,6 milhão em receitas financeiras com atualização monetária.

Economias¹

No 4T21, a Companhia alcançou 582,0 mil economias atendidas, um aumento de 1,9% em relação ao 4T20. O aumento da base de clientes está associado, principalmente, à expansão das redes de cobertura de esgoto.

Economias ativas	4T21	4T20	Δ %
Água	509.265	501.016	1,6%
Esgoto	72.738	70.198	3,6%
Total	582.003	571.214	1,9%

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das economias totais entre os períodos analisados:

Evolução de Economias de água e esgoto entre o 4T20 e o 4T21 ('000)



Volume faturado

No 4T21, o volume faturado total atingiu 25.686 mil m³, um aumento de 5,6% em relação ao 4T20. Esse crescimento é decorrente do maior consumo observado nos clientes da categoria residencial e do maior número de economias.

No 12M21, o volume faturado total atingiu 100.814 mil m³, um aumento de 6,7% em relação ao 12M20 explicado, principalmente, pelos eventos elencados anteriormente.

A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m ³)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Água	22.667	21.510	5,4%	89.148	83.447	6,8%
Esgoto	3.019	2.805	7,6%	11.665	11.023	5,8%
Total	25.686	24.315	5,6%	100.814	94.470	6,7%

¹ Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.



Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução do volume faturado entre o 4T20 e 4T21 ('000 m³)

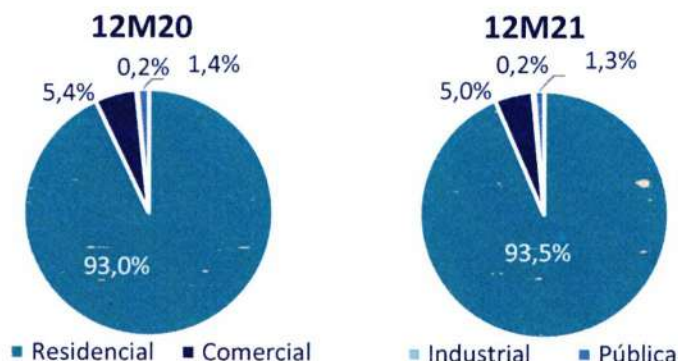


Evolução do volume faturado entre o 12M20 e 12M21 ('000 m³)



O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes permanece no segmento residencial, responsável por 93,5% do faturamento.

Volume faturado de água por categoria (%)



Custos e Despesas

No 4T21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 125,8 milhões, um aumento de 63,3% na comparação com o 4T20.

Este aumento é resultado, principalmente, da revisão do índice de cálculo da provisão da PECLD¹. A Águas de Manaus é uma concessão recente e, ao final de 2021, quando completou 2 anos inteiros de operação, realizou a revisão no índice de cálculo de PECLD que, até então, era referenciado na performance de outras concessionárias da Aegea. A partir desta revisão, as provisões de PECLD foram ajustadas para refletir a expansão de mais de 100 mil economias na base de clientes bem como o perfil de consumo dos Manauaras. Descontando o impacto da PECLD, os custos e despesas aumentaram 18% no 4T21 devido, principalmente, à maior inflação no período e ao aumento nos custos com energia elétrica.

No 12M21, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem totalizaram R\$ 355,6 milhões, um aumento de 23,7% na comparação com o 12M20

¹ Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD.

excluindo o efeito não-recorrente dos créditos PIS/COFINS ocorridos no 1T20 que gerou um ganho de R\$ 72,2 milhões à Águas de Manaus. Descontando a PECLD, custos e despesas aumentaram 8% no 12M21. Explicam esta variação os mesmos eventos elencados no resultado do trimestre.

Na tabela a seguir a variação dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Custos e Despesas ('000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Custos e despesas operacionais ex. efeito não recorrente	(125.783)	(77.018)	63,3%	(355.642)	(287.426)	23,7%
Crédito PIS/COFINS Águas de Manaus	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
Custos e despesas operacionais	(125.783)	(77.018)	63,3%	(355.642)	(215.215)	65,2%
Depreciação e Amortização	(15.804)	(11.250)	40,5%	(60.420)	(46.916)	28,8%
Total	(141.587)	(88.268)	60,4%	(416.062)	(262.131)	58,7%

Os gráficos abaixo apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução dos custos e despesas entre o 4T20 e o 4T21 (R\$ milhões)



Evolução dos custos e despesas entre o 12M20 e o 12M21 (R\$ milhões)



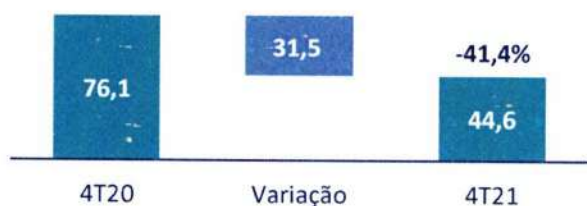
EBITDA

No 4T21, o EBITDA foi de R\$ 44,6 milhões, uma redução de 41,4% na comparação com o 4T20, decorrente, principalmente, do aumento dos custos e despesas, incluindo o impacto da revisão da PECLD mencionado anteriormente. Descontando a PECLD de ambos os trimestres, o EBITDA apresentou crescimento de 7%. A Margem EBITDA do 4T21 ficou em 26,2%. Descontando a PECLD, as Margens EBITDA são 39,7% no 4T21 versus 60,1% no 4T20.

No 12M21, o EBITDA foi de R\$ 307,2 milhões, uma redução de 20,8% na comparação com o 12M20, excluindo o evento não-recorrente ocorrido no 1T20, referente ao crédito de PIS/COFINS. Descontando os impactos da PECLD em 2021 e em 2020, o EBITDA apresenta crescimento de 11%. A Margem EBITDA fechou em 46,3% no 12M21 e 52,5% no 12M20. Ajustando a PECLD, a Margem EBITDA ficou em 58,7% em 2021 e 57,9% em 2020.



Evolução do EBITDA entre 4T20 e 4T21 (R\$ milhões)



Evolução do EBITDA entre 12M20 e 12M21 (R\$ milhões)



EBITDA ('000)	4T21	4T20	Δ %	12M21	12M20	Δ %
Lucro Líquido ex. efeito não recorrente	(11.227)	39.270	-128,6%	60.382	131.277	-54,0%
(+) Crédito PIS/COFINS	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
(+) Atual. Monetária Crédito PIS/COFINS	-	722	-100,0%	-	63.098	-100,0%
Lucro Líquido	(11.227)	39.992	-128,1%	60.382	266.586	-77,3%
(+) Resultado Financeiro	54.469	19.866	174,2%	180.314	34.136	428,2%
(+) Imposto sobre Lucro	(14.442)	5.025	-387,4%	6.055	40.342	-85,0%
(+) Depreciação e Amortização	15.804	11.250	40,5%	60.420	46.916	28,8%
EBITDA	44.604	76.133	-41,4%	307.171	387.980	-20,8%
(-) Crédito PIS/COFINS	-	-	0,0%	-	72.211	-100,0%
EBITDA ex. efeito não recorrente	44.604	76.133	-41,4%	307.171	315.769	-2,7%
Margem EBITDA	26,2%	49,7%	-23,5 p.p.	46,3%	64,3%	-18,0 p.p.
Margem EBITDA ex. efeito não recorrente	26,2%	49,7%	-23,5 p.p.	46,3%	52,3%	-6,0 p.p.

CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 4T21, a Companhia realizou R\$ 203.0 milhões em investimentos, um aumento de R\$ 84.4 milhões na comparação com o 4T20, sinalizando a retomada dos investimentos, CAPEX não obrigatório e não mandatário, que foram postergados em 2020 como medida de preservação da liquidez.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)



Endividamento

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 826,5 milhões no 12M21, uma redução de R\$ 48,6 milhões com relação ao mesmo período do ano anterior.

O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R\$ 147,9 milhões, uma redução de 57,2% na comparação com o mesmo período de 2020, devido à liquidação da 2ª emissão de debêntures.

A dívida líquida totalizou R\$ 678,6 milhões, um aumento de 28,2% com relação ao mesmo período do ano anterior.

A alavancagem da Companhia medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA cresceu 0,85x, encerrando o 12M21 em 2,21x.

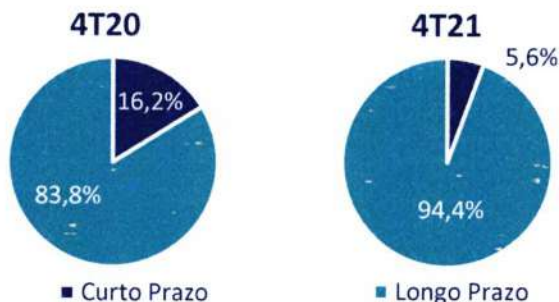
Endividamento (R\$ milhares)	12M21	12M20	Δ %
Dívida Líquida	678.617	529.530	28,2%
(+) Dívida Bruta	826.543	875.135	-5,6%
(-) Caixa e Disponibilidades	(147.926)	(345.605)	-57,2%
EBITDA (12 meses)	307.171	387.980	-20,8%
Dívida Líquida / EBITDA	2,21x	1,36x	0,84x

No período encerrado em dezembro de 2021, o prazo médio da dívida da Águas de Manaus era de 2,6 anos. A dívida de curto prazo representava 5% do endividamento total e 29% do saldo de caixa e aplicações financeiras, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:



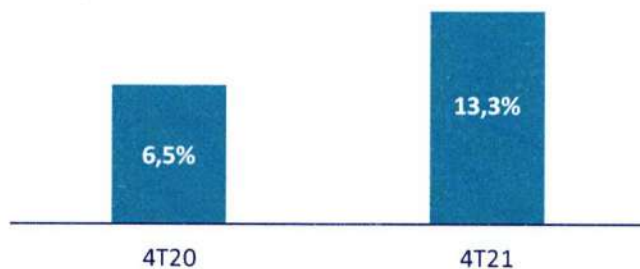
¹ O cronograma de amortização não considera os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

Distribuição da dívida (%)



O custo médio da dívida da Companhia ficou em 13,3% a.a., um crescimento de 6,8 pontos percentuais na comparação com o ano anterior, decorrente da variação do CDI, índice que remunera a totalidade da dívida da Companhia.

Custo médio da dívida (% a.a.)



Estrutura de Capital



Declaração do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03

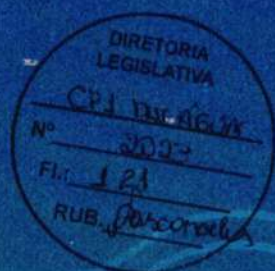
Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em janeiro de 2022, para prestar serviço de asseguarção limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade do ano-base 2021 da Aegea Saneamento e Participações S.A., ("Aegea") controladora da Companhia, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguarção NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguarção de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado num prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R\$ 80.000,00,



representando 2,19% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguarção limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.



ANEXOS



Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial (valores R\$ milhares)

	31/12/20 21	31/12/20 20 reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	458.224	698.943
Caixa e equivalentes de caixa	4.920	9.342
Aplicações financeiras	143.006	336.263
Contas a receber de clientes	196.291	28.117
Estoques	11.478	7.684
Tributos a recuperar	58.830	18.611
Outros créditos	43.699	45.926
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.379.645	1.187.650
Contas a receber de clientes	249.245	149.103
Tributos a recuperar	65.092	120.223
Ativo fiscal diferido	8.751	-
Depósitos judiciais	6.014	5.646
Outros créditos	4.853	43
Imobilizado	16.827	14.012
Ativo de contrato da concessão	54.165	134.266
Intangível	974.698	764.357
TOTAL ATIVO	1.837.869	1.886.593
PASSIVO CIRCULANTE	117.288	215.881
Fornecedores e empreiteiros	47.646	58.821
Empréstimos, financiamentos e debentures	42.602	141.380
Obrigações trabalhistas e sociais	14.217	10.677
Obrigações fiscais	3.134	1.435
Imposto de renda e contribuição social	14.10	1.655
Parcelamento de impostos	155	150
Dividendos a pagar	524	524
Outras contas a pagar	7.600	1.239
PASSIVO NAO CIRCULANTE	817.396	764.909
Fornecedores e empreiteiros	3.022	-
Empréstimos, financiamentos e debentures	783.941	733.754
Parcelamento de impostos	1108	1.223
Provisão para demandas judiciais	22.189	23.274
Passivo fiscal diferido	-	914
Outras contas a pagar	7.136	5.744
PATRIMONIO LIQUIDO	903.185	905.803
Capital social	612.044	612.044
Reserva de lucros	126.412	145.573
Reserva de incentivos fiscais	164.729	148.186
Lucros acumulados	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.837.869	1.886.593
TOTAL ATIVO	1837.869	1886.593
TOTAL DO PASSIVO	1837.869	1886.593

Demonstração do Resultado (valores R\$ milhares)

	31/12/20 21	31/12/20 20 reapresentado
Receita bruta	870.164	754.552
Receita direta	673.768	620.921
Receita de construção ativo intangível	196.396	133.631
Deduções da receita bruta	(10.955)	(17.726)
Receita operacional líquida	859.209	736.826
Custos dos serviços prestados	(434.737)	(363.306)
Custos operacionais	(238.341)	(229.675)
Custos de Construção ativo intangível	(196.396)	(133.631)
Despesas Operacionais	(177.721)	(32.456)
Gerais e administrativas	(178.818)	(109.004)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	10.97	76.548
Resultado operacional	246.751	341.064
Resultado financeiro	(180.314)	(34.136)
Imposto de renda e contribuição social	(6.055)	(40.342)
Lucro líquido do período	60.382	266.586

Demonstração do Fluxo de Caixa (valores R\$ milhares)

	31/12/20 21	31/12/20 20 reapresentado
Resultado antes dos impostos	66.437	30.6928
Ajustes para:	244.623	(10.957)
Amortização e depreciação	60.420	46.916
Provisão para demandas judiciais	9.313	7.076
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	10.9271	10.486
Recuperação de títulos de contas a receber	(27.333)	(67.631)
Resultado na baixa de intangível	8.457	109
Crédito de I/S/Cofins com decisão judicial	-	(72.211)
Rendimentos de aplicações financeiras	(11.654)	(8.787)
Atualização monetária de crédito de I/S/Cofins com decisão judicial	-	(63.734)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	79.268	35.555
Amortização do custo de captação	4.044	3.819
Ajuste a valor presente de clientes	12.492	4.511
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	387	215
Atualização monetária de depósitos judiciais	(42)	(10.89)
I/S/Cofins sobre receitas financeiras	-	3.808
Variações nos ativos e passivos	(123.540)	(21.343)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(10.9.254)	3.937
Contas a receber de clientes	(10.9.746)	(125.642)
Estoques	(3.794)	(1.750)
Tributos a recuperar	2.532	2.210
Depósitos judiciais	(326)	123.519
Outros créditos	2.080	5.600
Aumento / (Diminuição) dos passivos	(14.286)	(25.280)
Fornecedores e empreiteiros	(8.153)	(10.903)
Obrigações trabalhistas e sociais	3.540	2.052
Obrigações fiscais	1.699	(862)
Parcelamentos de impostos	(110)	(112)
Pagamento de demandas judiciais	(15.448)	(12.367)
Outras contas a pagar	4.186	(3.088)
Juros pagos	(32.753)	(32.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.655)	(18.963)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	153.112	223.177
Aplicações financeiras, líquidas	194.932	(156.250)
Juros recebidos	8.049	7.471
Aquisição de ativo de contrato de concessão	(190.176)	(18.627)
Aquisição de imobilizado	(1.969)	0
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	10.836	(267.406)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	37.487	626.925
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(876)	(15.553)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(14.1981)	(235.713)
Conta corrente líquida - partes relacionadas	-	(121.176)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(63.000)	(20.9.264)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(168.370)	45.219
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.422)	990
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.342	8.352
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.920	9.342
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.422)	990

DIRETORIA
LEGISLATIVA

OP. DE REG. Nº

2073

PL 133

RUE. 10/2014

ÁGUAS DE **ae** MANAUS

Relações com Investidores

ri@aegea.com.br

+55 11 3818-8150

<https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-de-manauas/>



Manaus Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Manaus Ambiental S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e. e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.d., 3.j., 10 e 11.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d., 3.j., 10 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Efeitos contábeis das investigações independentes conduzidas pela Companhia

Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea"), controladora indireta da Companhia, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a Águas Guariroba S.A., controlada indireta da Aegea, foi alvo de procedimentos investigatórios. A diretoria, após reunir todos os elementos e documentações, finalizou a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia, e reconheceu os ajustes, fundamentalmente relacionados a capitalizações de ativos intangíveis (CPC 04 - R1- Ativos intangíveis) e seus respectivos efeitos tributários, de forma retrospectiva. Por consequência, os saldos contábeis apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados.

O processo de investigação e a mensuração dos efeitos contábeis relativos a essa, é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, consideramos os *efeitos contábeis de tais investigações independentes* como assunto relevante de nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas de *forensics* para nos auxiliar, no entendimento dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações independentes; (ii) avaliação dos procedimentos e critérios adotados na execução das investigações; (iii) entendimento, análise e validação da integridade das bases de dados extraídas e utilizadas na determinação dos efeitos contábeis, (iv) testes em bases amostrais de documentação com o objetivo de validar a existência; (v) com auxílio de nossos especialistas em legislação tributária, realizamos avaliação dos critérios e validação dos cálculos realizados acerca dos efeitos tributados; e (vi) revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados na determinação da reapresentação de saldos comparativo, decorrentes da conclusão das investigações, assim como as respectivas divulgações na nota 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

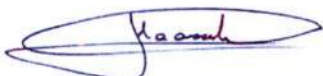
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP027623/O



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



Manaus Ambiental S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.920	9.342	8.352
Aplicações financeiras	6	143.006	336.263	180.040
Contas a receber de clientes	7	196.291	281.117	251.910
Estoques		11.478	7.684	5.934
Tributos a recuperar	8	58.830	18.611	2.445
Outros créditos		43.699	45.926	44.923
Total do ativo circulante		458.224	698.943	493.604
Aplicações financeiras	6	-	-	672
Contas a receber de clientes	7	249.245	149.103	90.034
Tributos a recuperar	8	65.092	120.223	-
Ativo fiscal diferido	19 b.	8.751	-	21.690
Depósitos judiciais	14	6.014	5.646	128.715
Outros créditos		4.853	43	-
Total do realizável a longo prazo		333.955	275.015	241.111
Imobilizado		16.827	14.012	12.676
Ativo de contrato da concessão	10	54.165	134.266	368.716
Intangível	11	974.698	764.357	444.072
Total do ativo não circulante		1.379.645	1.187.650	1.066.575
Total do ativo		1.837.869	1.886.593	1.560.179
Passivo	Nota	2021	2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	42.602	141.380	240.357
Fornecedores e empreiteiros	12	47.646	58.821	69.724
Obrigações trabalhistas e sociais		14.217	10.677	8.625
Obrigações fiscais		3.134	1.435	2.297
Parcelamento de impostos		155	150	146
Imposto de renda e contribuição social		1.410	1.655	2.880
Dividendos a pagar	9	524	524	36.721
Outras contas a pagar		7.600	1.239	3.547
Total do passivo circulante		117.288	215.881	364.297
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	783.941	733.754	237.210
Fornecedores e empreiteiros	12	3.022	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		-	-	121.176
Parcelamento de impostos		1.108	1.223	1.339
Provisão para demandas judiciais	14	22.189	23.274	17.893
Passivo fiscal diferido	19 b.	-	914	-
Outras contas a pagar		7.136	5.744	5.980
Total do passivo não circulante		817.396	764.909	383.598
Total do passivo		934.684	980.790	747.895
Patrimônio líquido	15			
Capital social		612.044	612.044	612.044
Reserva de lucros		126.412	145.573	101.185
Reserva de incentivo fiscal		164.729	148.186	99.055
Total do patrimônio líquido		903.185	905.803	812.284
Total do passivo e patrimônio líquido		1.837.869	1.886.593	1.560.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	16	859.209	736.826
Custos dos serviços prestados	17	<u>(434.737)</u>	<u>(363.306)</u>
Lucro bruto		<u>424.472</u>	<u>373.520</u>
Despesas administrativas e gerais	17	(178.818)	(109.004)
Outras receitas operacionais		3.175	76.759
Outras despesas operacionais		<u>(2.078)</u>	<u>(211)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>246.751</u>	<u>341.064</u>
Receitas financeiras	18	38.427	81.936
Despesas financeiras	18	<u>(218.741)</u>	<u>(116.072)</u>
Resultado financeiro		<u>(180.314)</u>	<u>(34.136)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>66.437</u>	<u>306.928</u>
Imposto de renda e contribuição social	19 a.	<u>(6.055)</u>	<u>(40.342)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>60.382</u>	<u>266.586</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	22	<u>0,10</u>	<u>0,44</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	22	<u>0,10</u>	<u>0,44</u>
Quantidade média de ações		612.043.568	612.043.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>60.382</u>	<u>266.586</u>
Resultado abrangente total	<u>60.382</u>	<u>266.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	612.044	11.328	110.159	100.699	-	834.230
Ajustes de reapresentação	4	-	(20.302)	(1.644)	-	(21.946)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	612.044	11.328	89.857	99.055	-	812.284
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	266.586	266.586
Destinação:						
Reserva legal	15 b.	13.329	-	-	(13.329)	-
Reserva de incentivo fiscal	15 c.	-	-	49.131	(49.131)	-
Dividendos intermediários	15 d.	-	(89.857)	-	-	(89.857)
Dividendos intercalares	15 d.	-	-	-	(83.210)	(83.210)
Lucros retidos	15 e.	-	120.916	-	(120.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	612.044	24.657	120.916	148.186	-	905.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.382	60.382
Destinação:						
Reserva legal	15 b.	3.019	-	-	(3.019)	-
Reserva de incentivo fiscal	15 c.	-	-	16.543	(16.543)	-
Dividendos intermediários	15 d.	-	(63.000)	-	-	(63.000)
Lucros retidos	15 e.	-	40.820	-	(40.820)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	612.044	27.676	98.736	164.729	-	903.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		66.437	306.928
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	17	60.420	46.916
Provisão para demandas judiciais	14 e 17	9.313	7.076
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	7 e 17	109.271	100.486
Recuperação de títulos do contas a receber	7 e 17	(27.333)	(67.631)
Resultado na baixa de imobilizado		-	(18)
Resultado na baixa de intangível		8.457	109
Crédito de Pis/Cofins com decisão judicial		-	(72.211)
Rendimentos de aplicações financeiras	18	(11.654)	(8.787)
Atualização monetária de crédito de Pis/Cofins com decisão judicial	18	-	(63.734)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 18	79.268	35.555
Amortização do custo de captação	13	4.044	3.819
Ajuste a valor presente de clientes	7 e 18	12.492	4.511
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	14	387	215
Atualização monetária de depósitos judiciais	18	(42)	(1.089)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras		-	3.808
		311.060	295.953
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(109.746)	(125.642)
Estoques		(3.794)	(1.750)
Tributos a recuperar		2.532	2.210
Depósitos judiciais		(326)	123.519
Outros créditos		2.080	5.600
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(8.153)	(10.903)
Obrigações trabalhistas e sociais		3.540	2.052
Obrigações fiscais		1.699	(862)
Parcelamentos de impostos		(110)	(112)
Pagamento de demandas judiciais	14	(15.448)	(12.367)
Outras contas a pagar		4.186	(3.088)
Juros pagos	13	(32.753)	(32.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19 a.	(1.655)	(18.963)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		153.112	223.177
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		194.932	(156.250)
Juros recebidos		8.049	7.471
Aquisição de ativo de contrato da concessão		(190.176)	(118.627)
Aquisição de imobilizado		(1.969)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		10.836	(267.406)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	13	37.487	626.925
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(876)	(15.553)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	13	(141.981)	(235.713)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		-	(121.176)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	15	(63.000)	(209.264)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(168.370)	45.219
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.422)	990
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	9.342	8.352
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	4.920	9.342
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(4.422)	990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas	<u>753.604</u>	<u>713.393</u>
Serviços	663.304	603.489
Receita de construção	196.396	133.631
Outras receitas	3.175	76.759
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(109.271)	(100.486)
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(540.852)</u>	<u>(353.955)</u>
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(196.396)	(133.631)
Custos dos serviços prestados	(150.462)	(150.722)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(193.994)	(69.602)
Valor adicionado bruto	<u>212.752</u>	<u>359.438</u>
Amortização e depreciação	<u>(60.420)</u>	<u>(46.916)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>152.332</u>	<u>312.522</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>38.427</u>	<u>81.936</u>
Receitas financeiras	38.427	81.936
Valor adicionado total a distribuir	<u>190.759</u>	<u>394.458</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>190.759</u>	<u>394.458</u>
Pessoal	<u>33.145</u>	<u>34.424</u>
Remuneração direta	21.863	24.289
Benefícios	9.658	8.337
F.G.T.S	1.624	1.798
Impostos, taxas e contribuições	<u>14.311</u>	<u>52.078</u>
Impostos federais	12.873	50.784
Impostos estaduais	36	44
Impostos municipais	1.402	1.250
Remuneração de capitais de terceiros	<u>82.921</u>	<u>41.370</u>
Juros	80.106	36.181
Aluguéis	2.815	5.189
Remuneração de capitais próprios	<u>60.382</u>	<u>266.586</u>
Lucros retidos	60.382	266.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus.

Em 15 de junho de 2018, a Aegea Saneamento e Participações S.A. através da controlada indireta Igarapé Sustentabilidade S.A., concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações da Companhia de Saneamento de Manaus ("CSM"), que detêm, respectivamente, a totalidade das ações da Companhia.

O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia, vêm adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº 4).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

c) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 7);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 11);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 14);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa n° 16); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 19).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa n° 20.

3. Principais políticas contábeis

As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

a) Receita de contrato com cliente

i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Receita de contrato com cliente--Continuação

ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
- ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

- iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Desreconhecimento--Continuação

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Ativos intangíveis

São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- e) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
- i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- e) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação
- i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 20.

- ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

h) Benefícios a empregados

i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) *Benefício pós-emprego - Planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos

i) *Imposto de renda e contribuição social*

A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos desde de janeiro de 2012 à dezembro de 2021. Em 21 de agosto de 2020 a Companhia ingressou com pedido de renovação do incentivo para mais 10 anos. Em 29 de julho de 2021 o pedido foi aprovado com a renovação do incentivo até dezembro de 2030.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- i) Tributos--Continuação
- i) *Imposto de renda e contribuição social*--Continuação

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Exposições fiscais--Continuação

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

ii) *Tributos sobre prestação de serviços*

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem.

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. O contrato prevê apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura--Continuação

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Novas normas e interpretações--Continuação

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

4. Reapresentação de valores correspondentes

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta Aegea Saneamento e Participações S.A. para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual sua controlada indireta Águas Guariroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), e após a mensuração dos efeitos pela Administração, foi constatada a necessidade de realizar correções retrospectivas nos saldos contábeis da Companhia, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários. Consequentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta foi encerrada.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balanço patrimonial (Em milhares de Reais)	31 de dezembro de 2020			1º de janeiro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	698.943	-	698.943	493.604	-	493.604
Total do realizável a longo prazo	275.015	-	275.015	241.111	-	241.111
Imobilizado	11.534	2.478	14.012	9.340	3.336	12.676
Intangível (a)	785.239	(20.882)	764.357	466.549	(22.477)	444.072
Demais saldos	134.266	-	134.266	368.716	-	368.716
Total do ativo não circulante	1.206.054	(18.404)	1.187.650	1.085.716	(19.141)	1.066.575
Total do ativo	1.904.997	(18.404)	1.886.593	1.579.320	(19.141)	1.560.179
Passivo						
Dividendos a pagar	-	524	524	36.721	-	36.721
Demais saldos	215.357	-	215.357	327.576	-	327.576
Passivo circulante	215.357	524	215.881	364.297	-	364.297
Provisão para demandas judiciais (b)	19.797	3.477	23.274	15.088	2.805	17.893
Demais saldos	741.635	-	741.635	365.705	-	365.705
Total do passivo não circulante	761.432	3.477	764.909	380.793	2.805	383.598
Patrimônio líquido						
Reserva de Lucros	167.978	(22.405)	145.573	121.487	(20.302)	101.185
Demais saldos	760.230	-	760.230	712.743	(1.644)	711.099
Total do patrimônio líquido	928.208	(22.405)	905.803	834.230	(21.946)	812.284
Total do passivo e patrimônio líquido	1.904.997	(18.404)	1.886.593	1.579.320	(19.141)	1.560.179



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Demonstração do resultado

(Em milhares de Reais)

Receita operacional líquida
Custos dos serviços prestados (b)
Lucro bruto

Despesas administrativas e gerais (b)
Resultado de equivalência patrimonial
Demais saldos
Resultado antes do resultado financeiro e impostos

Receitas financeiras
Despesas financeiras (b)
Resultado financeiro

Resultado antes dos impostos

Imposto de renda e contribuição social (b)
Lucro líquido do exercício

Demonstração do fluxo de caixa

(Em milhares de Reais)

Lucro antes dos impostos
Amortização e depreciação (a)
Provisão para demandas judiciais (b)
Atualização monetária das demandas judiciais (b)
Demais saldos
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	736.826	-	736.826
Custos dos serviços prestados (b)	(364.042)	736	(363.306)
Lucro bruto	372.784	736	373.520
Despesas administrativas e gerais (b)	(108.374)	(630)	(109.004)
Resultado de equivalência patrimonial	76.759	-	76.759
Demais saldos	(211)	-	(211)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	340.958	106	341.064
Receitas financeiras	81.936	-	81.936
Despesas financeiras (b)	(116.031)	(41)	(116.072)
Resultado financeiro	(34.095)	(41)	(34.136)
Resultado antes dos impostos	306.863	65	306.928
Imposto de renda e contribuição social (b)	(40.342)	-	(40.342)
Lucro líquido do exercício	266.521	65	266.586

	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes dos impostos	306.863	64	306.928
Amortização e depreciação (a)	47.652	(736)	46.916
Provisão para demandas judiciais (b)	6.446	630	7.076
Atualização monetária das demandas judiciais (b)	173	42	215
Demais saldos	(137.958)	-	(137.958)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	223.177	-	223.177
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(267.406)	-	(267.406)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	45.219	-	45.219
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	990	-	990
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.352	-	8.352
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9.342	-	9.342
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	990	-	990



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Demonstração do valor adicionado (Em milhares de Reais)	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado bruto (b)	360.109	(671)	359.438
Amortização e depreciação (a)	(47.652)	736	(46.916)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	312.457	65	312.522
Valor adicionado recebido em transferência	81.936	-	81.936
Valor adicionado total a distribuir	394.393	65	394.458
Distribuição do valor adicionado	394.393	65	394.458
Pessoal	34.424	-	34.424
Impostos, taxas e contribuições (b)	52.078	-	52.078
Remuneração de capitais de terceiros	41.370	-	41.370
Remuneração de capitais próprios	266.521	65	266.586

- a) Correspondente à baixa de ativos intangíveis indevidamente capitalizados anteriormente, assim como a reversão de suas respectivas amortizações.
b) Efeitos tributários, incluindo despesas financeiras, relacionados às baixas mencionadas no parágrafo anterior.
c) Efeitos de equivalência patrimonial na Companhia por reflexos dos itens a) e b) nas controladas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	4.915	9.337
	<u>4.920</u>	<u>9.342</u>

6. Aplicações financeiras

Modalidade	2021	2020
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	139.452	256.949
Fundo de Investimento Safira	3.554	18.971
Fundo de Investimento BB	-	60.343
	<u>143.006</u>	<u>336.263</u>

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB dos fundos de investimento é em média 97,56% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (84,60% do CDI em 31 de dezembro de 2020).



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6. Aplicações financeiras--Continuação

As cotas adquiridas dos fundos de investimentos, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. Todos os fundos são registrados junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Serviços de água e esgoto	769.130	644.396
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	25.643	25.790
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(349.237)	(239.966)
	<u>445.536</u>	<u>430.220</u>
Circulante	196.291	281.117
Não circulante	249.245	149.103

O vencimento das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldos vencidos					Total	Total em 2021
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	43.676	91.170	50.241	72.111	54.152	267.674	311.350
Comercial	5.170	15.386	13.040	22.899	14.980	66.305	71.475
Industrial	150	602	403	1.038	1.576	3.619	3.769
Setor público	5.197	14.329	870	605	538	16.342	21.539
Subtotal consumidores	<u>54.193</u>	<u>121.487</u>	<u>64.554</u>	<u>96.653</u>	<u>71.246</u>	<u>353.940</u>	<u>408.133</u>
Renegociações (i)	<u>324.193</u>	<u>17.155</u>	<u>6.578</u>	<u>7.037</u>	<u>6.034</u>	<u>36.804</u>	<u>360.997</u>
	<u>378.386</u>	<u>138.642</u>	<u>71.132</u>	<u>103.690</u>	<u>77.280</u>	<u>390.744</u>	<u>769.130</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos					Total	Total em 2020
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	33.445	77.407	45.999	76.631	58.481	258.518	291.963
Comercial	4.518	16.024	12.977	18.207	10.801	58.009	62.527
Industrial	112	559	526	1.660	920	3.665	3.777
Setor público	3.717	5.900	7.472	9.395	7.670	30.437	34.154
Subtotal consumidores	<u>41.792</u>	<u>99.890</u>	<u>66.974</u>	<u>105.893</u>	<u>77.872</u>	<u>350.629</u>	<u>392.421</u>
Renegociações (i)	<u>206.833</u>	<u>19.259</u>	<u>10.220</u>	<u>8.382</u>	<u>7.281</u>	<u>45.142</u>	<u>251.975</u>
	<u>248.625</u>	<u>119.149</u>	<u>77.194</u>	<u>114.275</u>	<u>85.153</u>	<u>395.771</u>	<u>644.396</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 47.384, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 4,23% a.a. (R\$ 34.892 e 5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 12.492 de provisão para ajuste a valor presente (R\$ 4.511 em 31 de dezembro de 2020).



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Saldo em	Resultado		Saldo em
	2020	Adições	Reversões	2021
Privado (ii)	(121.778)	(89.345)	41.309	(169.814)
Público	(2.866)	(4.700)	461	(7.105)
Renegociações	(115.322)	(99.466)	42.470	(172.318)
	<u>(239.966)</u>	<u>(193.511)</u>	<u>84.240</u>	<u>(349.237)</u>

Natureza	Saldo em	Resultado		Saldo em
	2019	Adições	Reversões	2020
Privado (ii)	(188.307)	(41.445)	107.974	(121.778)
Público	(1.621)	(1.245)	-	(2.866)
Renegociações	(57.526)	(66.210)	8.414	(115.322)
	<u>(247.454)</u>	<u>(108.900)</u>	<u>116.388</u>	<u>(239.966)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Resultado		Total em
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(72.297)	101.906	29.609
Público	(2.276)	-	(2.276)
	<u>(74.573)</u>	<u>101.906</u>	<u>27.333</u>

Natureza	Resultado		Total em
	Recuperações (iii)		
Privado (ii)	67.631		67.631

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.759	2.245
Créditos de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	108.656	135.830
Outros	507	759
	<u>123.922</u>	<u>138.834</u>
Circulante	58.830	18.611
Não circulante	65.092	120.223

- (i) Devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a Companhia reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativo aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do crédito para compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

9. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 4.186 (R\$ 5.951 em 31 de dezembro de 2020).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Companhia de Saneamento de Manaus, que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Outras transações com partes relacionadas--Continuação

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (e)	378	3.674
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	135	-
Águas do Rio 4 SPE S.A. (d)	104	-
Outras partes relacionadas (d)	50	38
	<u>667</u>	<u>3.712</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	2.850	6.390
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	767	-
	<u>3.617</u>	<u>6.390</u>
	<u>4.284</u>	<u>10.102</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	5.172	2.757
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	692	1.928
Águas de Teresina Saneamento SPE S. A (d)	580	209
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	590	553
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	193	9
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (f)	3.409	4.002
Outras partes relacionadas (d)	189	1
	<u>10.825</u>	<u>9.459</u>
Dividendos a pagar (Reapresentado)		
Companhia de Saneamento de Manaus	524	524
Passivo não circulante		
Notas Promissórias		
Banco Itaú BBA S.A.	319.608	-
	<u>330.957</u>	<u>9.983</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(7.196)	(6.371)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(234)	-
Rio Negro Ambiental, Captação, Trat. e Distrib. de Águas SPE S.A (f)	(35.280)	(37.440)
	<u>(42.710)</u>	<u>(43.811)</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Outras transações com partes relacionadas--Continuação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(54.356)	(33.641)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(19)	(121)
	<u>(54.375)</u>	<u>(33.762)</u>
Despesas financeiras		
Banco Itaú BBA S.A. (g)	(11.907)	-
	<u>(108.992)</u>	<u>(77.573)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) A natureza dos saldos mantidos em outros créditos refere-se substancialmente pela venda de infraestrutura de bombas de captação realizada em 2017 para a Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (f) A natureza dos saldos mantidos nas contas de fornecedores e custos dos serviços prestados referem-se substancialmente ao fornecimento de água tratada pela Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.
- (g) Refere-se à juros incorridos sobre as notas promissórias.

10. Ativo de contrato da concessão

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo de contrato da concessão	54.165	134.266

	<u>2020</u>		<u>2021</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Adições (i)</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Ativo de contrato da concessão	134.266	196.396	(276.497)	54.165

	<u>2019</u>		<u>2020</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Adições (i)</u>	<u>Transferências</u>	<u>Custo</u>
Ativo de contrato da concessão	368.716	133.631	(368.081)	134.266

- (i) Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$ 6.220 a uma taxa média de 9,31% a.a. (R\$ 15.004 e 6,12% a.a. em 31 de dezembro de 2020).



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2021			2020 (Reapresentado)
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,8%	795.069	(272.149)	522.920	342.043
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	4,0%	841.608	(437.105)	404.503	380.483
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,6%	129.232	(83.137)	46.095	40.160
Outros componentes	de 15 a 30	3,5%	765	(268)	497	525
			<u>1.766.674</u>	<u>(792.659)</u>	<u>974.015</u>	<u>763.211</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(3.313)	683	1.146
			<u>3.996</u>	<u>(3.313)</u>	<u>683</u>	<u>1.146</u>
			<u>1.770.670</u>	<u>(795.972)</u>	<u>974.698</u>	<u>764.357</u>
			2020 (Reapresentado)			2019 (Reapresentado)
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,6%	589.422	(247.379)	342.043	380.277
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	791.983	(411.500)	380.483	25.201
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,5%	116.466	(76.306)	40.160	32.768
Outros componentes	de 15 a 30	3,5%	765	(240)	525	4.202
			<u>1.498.636</u>	<u>(735.425)</u>	<u>763.211</u>	<u>442.448</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(2.850)	1.146	1.624
			<u>3.996</u>	<u>(2.850)</u>	<u>1.146</u>	<u>1.624</u>
			<u>1.502.632</u>	<u>(738.275)</u>	<u>764.357</u>	<u>444.072</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação do custo

Ativo	2020	2021			
	(Reapresentado) Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	589.422	205.754	(98)	(9)	795.069
Edificações de estações de tratamento	791.983	58.604	(8.361)	(618)	841.608
Máquinas e equipamentos	116.466	12.139	-	627	129.232
Outros componentes	765	-	-	-	765
	<u>1.498.636</u>	<u>276.497</u>	<u>(8.459)</u>	<u>-</u>	<u>1.766.674</u>
Software					
Licença de uso de Software	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.502.632</u>	<u>276.497</u>	<u>(8.459)</u>	<u>-</u>	<u>1.770.670</u>
Ativo	2019	2020			
	(Reapresentado) Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	954.898	110.497	-	(475.973)	589.422
Edificações de estações de tratamento	45.608	249.285	-	497.090	791.983
Máquinas e equipamentos	103.607	3.264	(934)	10.529	116.466
Outros componentes	32.051	5.035	-	(36.321)	765
	<u>1.136.164</u>	<u>368.081</u>	<u>(934)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.498.636</u>
Software					
Licença de uso de Software	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.140.160</u>	<u>368.081</u>	<u>(934)</u>	<u>(4.675)</u>	<u>1.502.632</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

c) Movimentação da amortização

Ativo	2020	2021			Amortização acumulada
	(Reapresentado) Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(247.379)	(24.772)	2	-	(272.149)
Edificações de estações de tratamento	(411.500)	(25.617)	-	12	(437.105)
Máquinas e equipamentos	(76.306)	(6.819)	-	(12)	(83.137)
Outros componentes	(240)	(28)	-	-	(268)
	<u>(735.425)</u>	<u>(57.236)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(792.659)</u>
Software					
Licença de uso de Software	(2.850)	(463)	-	-	(3.313)
	<u>(2.850)</u>	<u>(463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.313)</u>
	<u>(738.275)</u>	<u>(57.699)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(795.972)</u>
Ativo	2019	2020			Amortização acumulada
	(Reapresentado) Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(574.621)	(30.702)	-	357.944	(247.379)
Edificações de estações de tratamento	(20.407)	(6.308)	-	(384.785)	(411.500)
Máquinas e equipamentos	(70.839)	(6.389)	825	97	(76.306)
Outros componentes	(27.849)	(814)	-	28.423	(240)
	<u>(693.716)</u>	<u>(44.213)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(735.425)</u>
Software					
Licença de uso de Software	(2.372)	(478)	-	-	(2.850)
	<u>(2.372)</u>	<u>(478)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.850)</u>
	<u>(696.088)</u>	<u>(44.691)</u>	<u>825</u>	<u>1.679</u>	<u>(738.275)</u>

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2021.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

12. Fornecedores e empreiteiros

	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços	39.843	49.362
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	10.825	9.459
	<u>50.668</u>	<u>58.821</u>
Circulante	47.646	58.821
Não circulante	3.022	-

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2021	2020
Projeto BNDES	Pré 6,0% a.a., SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a 2,97% a.a.	Agosto/2023 a Julho/2040	254.659	214.851	142.055	124.163
Capital de giro	SELIC + 2,53% a.a.	Agosto/2023	30.000	30.000	18.029	28.930
Notas promissórias comerciais	CDI + 1,50% a.a.	Janeiro/2023	300.000	300.000	318.128	309.151
Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	Julho/2021	100.000	100.000	-	100.419
Debêntures	IPCA + 6,25% a.a.	Junho/2025	310.000	310.000	348.331	312.471
					<u>826.543</u>	<u>875.134</u>
Circulante					42.602	141.380
Não circulante					783.941	733.754

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	2021
2023	338.228
2024	21.997
2025	20.929
2026	14.111
2027	7.292
2028 em diante	34.021
	<u>436.578</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

2025	<u>355.060</u>
Custo de captação (não circulante)	<u>(7.697)</u>
Total	<u>783.941</u>

Movimentação das dívidas:	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	875.134	477.567
Captações	37.487	626.925
(-) Pagamentos do principal	(141.981)	(235.713)
(-) Pagamentos de juros	(32.753)	(32.470)
Provisão de juros (nota explicativa nº 18)	79.268	35.555
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	6.220	15.004
(-) Custo de captação do exercício	(876)	(15.553)
Amortização do custo de captação do exercício	4.044	3.819
Saldo final	<u>826.543</u>	<u>875.134</u>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2021 totaliza o montante de R\$ 10.340 (R\$ 13.508 em 31 de dezembro de 2020).

(a) Debêntures

Em maio de 2020, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 310.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em junho de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2020. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela controladora indireta Aegea

Em julho de 2021, foi totalmente liquidada a 2ª emissão de debêntures simples, emitida pela Companhia em julho de 2019, representada por 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(b) Projetos BNDES

Em fevereiro de 2021, foi totalmente liquidada pela Companhia a captação realizada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") em maio de 2009, no valor nominal total de R\$ 60.064, conforme cronograma de amortização definido em contrato.

Em junho de 2021, foram desembolsados R\$ 37.252 referente ao contrato assinado com o BNDES em junho de 2020 no valor nominal total de R\$ 77.060. O financiamento tem vencimentos entre agosto de 2023 e julho de 2040.

Em novembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujos recursos foram destinados à implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Manaus, no valor nominal total de R\$ 177.599, já desembolsados. O financiamento têm vencimento entre dezembro de 2024 e junho de 2029.

(c) Capital de Giro

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de 2020 e agosto de 2023.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tais operações, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Companhia.

(d) Notas Promissórias Comerciais

Em janeiro de 2020, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 30 notas comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 300.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em janeiro de 2021, para a 1ª série, janeiro de 2022, para a 2ª série e janeiro de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela avalista controladora indireta Aegea.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2021.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações em que está envolvido.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas com as ações em curso, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais, apresentando as seguintes posições:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2021	2020	2021	2020 (Reapresentado)
Cíveis	1.845	1.640	4.331	5.764
Trabalhistas	2.506	2.421	6.459	6.525
Tributárias	1.663	1.585	11.399	10.985
	<u>6.014</u>	<u>5.646</u>	<u>22.189</u>	<u>23.274</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	2020 (Reapresentado)	Resultado			Ativo de indenização (j)	Atualização monetária	2021
		Adições	Reversões	Pagamentos			
Cíveis	5.764	12.164	(2.911)	(14.314)	3.628	-	4.331
Trabalhistas	6.525	227	(194)	(1.134)	1.035	-	6.459
Tributárias	10.985	27	-	-	-	387	11.399
	<u>23.274</u>	<u>12.418</u>	<u>(3.105)</u>	<u>(15.448)</u>	<u>4.663</u>	<u>387</u>	<u>22.189</u>

Natureza	2019 (Reapresentado)	Resultado			Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras		2020 (Reapresentado)
		Adições	Reversões	Pagamentos		Atualização monetária	(ii)	
Cíveis	4.397	8.154	(2.393)	(10.567)	6.173	-	-	5.764
Trabalhistas	7.164	705	(20)	(1.800)	476	-	-	6.525
Tributárias	6.332	630	-	-	-	3.808	215	10.985
	<u>17.893</u>	<u>9.489</u>	<u>(2.413)</u>	<u>(12.367)</u>	<u>6.649</u>	<u>3.808</u>	<u>215</u>	<u>23.274</u>

- (i) Provisões sujeitas a reembolso conforme acordo de acionistas em combinação de negócios.
- (ii) Este saldo é decorrente de eventual exigibilidade do PIS e da COFINS incidente sobre as receitas financeiras na Zona Franca de Manaus, que está sendo discutido na esfera judicial (nota explicativa nº 18).



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais--Continuação

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível somavam o montante de R\$ 10.199 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 21.325 em 31 de dezembro de 2020), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo exigências de prestação de serviço, pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 4.040 (R\$ 12.171 em 31 de dezembro de 2020), não existindo processo de valor individual significativo.

b) Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 5.686 (R\$ 9.154 em 31 de dezembro de 2020), não existindo processo de valor individual significativo.

c) Processos tributários

A Companhia possuía processo correspondente a questionamento sobre a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre serviços prestados na Zona Franca de Manaus. Em 31 de dezembro de 2021, totaliza R\$ 473 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Em 02 de março de 2020, a Companhia obteve êxito no processo. Como efeito do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia reconheceu no ativo não circulante e no resultado em março de 2020 os valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, no montante de R\$ 135.945, sendo o principal no montante de R\$ 72.211 reconhecido em outras receitas operacionais e a atualização monetária no montante de R\$ 63.734 em receita financeira (nota explicativa nº 18).

No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais--Continuação

Depósitos judiciais

Em consequência do trânsito em julgado do processo referente a não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus, em maio de 2020 a Justiça Federal ressarciu o montante de R\$ 123.984.

A Companhia também possui depósitos judiciais no valor de R\$ 6.014 (R\$ 5.646 em 31 de dezembro de 2020), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social integralizado é de R\$ 612.044 e está representado por 612.043.568 (seiscentos e doze milhões, quarenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal equivalente ao número de ações.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia de Saneamento de Manaus possui 100% de participação no Capital Social da Companhia.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

d) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de subvenção para investimento.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021 e 2020 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	60.382	266.586
(-) Constituição da reserva legal	(3.019)	(13.329)
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	(16.543)	(49.131)
Lucro líquido ajustado	40.820	204.126
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	10.205	51.031
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos mínimos obrigatórios	10.205	83.210
Dividendos intermediários	52.795	89.857
	63.000	173.067

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não declarou dividendos intercalares (R\$ 83.210 em 31 de dezembro de 2020), entretanto declarou dividendos intermediários no montante de R\$ 63.000 (R\$ 89.857 em 31 de dezembro de 2020) sendo 10.205 imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social (R\$ 51.031 em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou integralmente os dividendos declarados no montante de R\$ 63.000 (R\$ 209.264 em 31 de dezembro de 2020).

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	539.249	515.965
Outros serviços indiretos de água	69.549	42.193
Serviços de esgoto	64.970	62.763
Receitas de construção ativo intangível	196.396	133.631
Total receita bruta	870.164	754.552
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(10.464)	(17.432)
(-) Impostos sobre serviços	(491)	(294)
Total da receita operacional líquida	859.209	736.826

17. Custos e Despesas por natureza

	2021	2020 (Reapresentado)
Pessoal	(37.945)	(41.020)
Conservação e manutenção	(4.800)	(9.932)
Serviços de terceiros	(76.182)	(55.513)
Serviços de terceiros para tratamento de água	(35.212)	(37.440)
Materiais, equipamentos e veículos	(6.247)	(5.191)
Amortização e depreciação	(60.420)	(46.916)
Custo de concessão	(6.633)	(6.067)
Custo de construção ativo intangível	(196.396)	(133.631)
Energia elétrica	(67.545)	(66.039)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(109.271)	(100.486)
Recuperação de títulos do contas a receber	27.333	67.631
Provisão para demandas judiciais	(9.313)	(7.076)
Produtos químicos	(18.127)	(15.767)
Locação	(2.815)	(5.189)
Outros	(9.982)	(9.674)
	(613.555)	(472.310)
Custos dos serviços prestados	(434.737)	(363.306)
Despesas administrativas e gerais	(178.818)	(109.004)



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	11.654	8.920
Juros e multa recebidos ou auferidos	24.049	7.868
Atualização monetária de depósitos judiciais	42	1.089
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (ii)	-	63.734
Outras receitas financeiras	2.682	325
Receitas financeiras	38.427	81.936
Despesas		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 13)	(79.268)	(35.555)
Descontos concedidos	(114.582)	(62.294)
Despesas e comissões bancárias	(5.367)	(5.193)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	(12.492)	(4.511)
Impostos s/ Receita Financeira (PIS/COFINS)	(1.788)	(3.808)
Outras despesas financeiras	(5.244)	(4.711)
Despesas financeiras	(218.741)	(116.072)
Resultado financeiro	(180.314)	(34.136)

- (i) No saldo de 31 de dezembro de 2020 foram incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 133.
- (ii) Em consequência do trânsito em julgado favorável do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a Companhia reconheceu no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 a atualização monetária dos valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 63.734, referente os valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada como segue:



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	66.437	306.928
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(22.589)</u>	<u>(104.356)</u>
Despesas indedutíveis	(240)	(14.930)
Inovação tecnológica	316	73
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	3.808	77.699
PAT	754	1.148
Doações Rouanet e Caráter desportivo	25	-
IRPJ/CSLL s/ SELIC repetição de indébito tributário	11.847	-
Outras diferenças permanentes	24	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(32.263)	(66.869)
Diferido	9.665	(22.604)
Lucro da exploração	16.543	49.131
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(6.055)</u>	<u>(40.342)</u>
Alíquota efetiva	9%	13%

	2021	2020 (Reapresentado)
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos		
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(15.720)	(17.738)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(1.656)	(2.880)
Antecipação do IRPJ e CSLL	-	(150)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	15.721	1.805
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(1.655)</u>	<u>(18.963)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	26.158	150
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	(11.847)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.410	1.655
Total	<u>15.721</u>	<u>1.805</u>

- (i) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração da Companhia até o ano calendário de 2021.

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020 (Reapresentado)	Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	36.595	16.664	53.259
Provisão para participação nos lucros	478	432	910
Provisão para demandas judiciais (i)	2.236	74	2.310
Ajuste a valor presente de clientes	5.321	1.905	7.226
Arrendamentos	59	36	95
Baixa por perda parcelamentos	-	167	167
Perda com clientes	-	1.220	1.220
Ativo fiscal diferido	<u>44.689</u>	<u>20.498</u>	<u>65.187</u>
Juros capitalizados (ii)	(6.447)	(688)	(7.135)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.060)	483	(1.577)
Baixa por perda de títulos do contas a receber	(37.058)	(10.621)	(47.679)
Correção depósito judicial	(38)	(7)	(45)
Passivo fiscal diferido	<u>(45.603)</u>	<u>(10.833)</u>	<u>(56.436)</u>
(Passivo) Ativo fiscal diferido líquido	<u>(914)</u>	<u>9.665</u>	<u>8.751</u>
	2019 (Reapresentado)	Resultado	2020 (Reapresentado)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	37.737	(1.142)	36.595
Provisão para participação nos lucros	236	242	478
Provisão para demandas judiciais (i)	1.448	788	2.236
Ajuste a valor presente de clientes	4.627	694	5.321
Arrendamentos	32	27	59
Ativo fiscal diferido	<u>44.080</u>	<u>609</u>	<u>44.689</u>
Juros capitalizados (ii)	(4.242)	(2.205)	(6.447)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(270)	(1.790)	(2.060)
Baixa por perda de títulos do contas a receber	(17.878)	(19.180)	(37.058)
Correção depósito judicial	-	(38)	(38)
Passivo fiscal diferido	<u>(22.390)</u>	<u>(23.213)</u>	<u>(45.603)</u>
(Passivo) Ativo fiscal diferido líquido	<u>21.690</u>	<u>(22.604)</u>	<u>(914)</u>

(i) O saldo está líquido do imposto diferido sobre ativo no montante de R\$ 532 (783 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O saldo está líquido do imposto sobre a amortização do juros capitalizados no ativo intangível que totalizou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 186 (R\$ 83 em 31 de dezembro de 2020).



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 349.237, representando aproximadamente 43,94% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão era de R\$ 239.966, representando aproximadamente 35,81% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito--Continuação

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 5)	4.915	9.337
Aplicações financeiras	143.006	336.263
Contas a receber de clientes	445.536	430.220
	<u>593.457</u>	<u>775.820</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	50.668	50.668	47.646	3.022	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	826.543	1.073.303	75.838	409.666	53.334	459.002	75.463
Outras contas a pagar	14.739	16.857	8.187	1.717	1.624	1.609	3.720
	<u>891.950</u>	<u>1.140.828</u>	<u>131.671</u>	<u>414.405</u>	<u>54.958</u>	<u>460.611</u>	<u>79.183</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

	2020						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	58.821	58.821	58.821	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	875.134	1.054.806	172.634	68.223	372.415	43.938	397.596
Outras contas a pagar	6.983	8.955	1.688	1.180	1.090	1.090	3.907
	<u>940.938</u>	<u>1.122.582</u>	<u>233.143</u>	<u>69.403</u>	<u>373.505</u>	<u>45.028</u>	<u>401.503</u>

Estrutura de gerenciamento de risco

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2021	2020
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	143.006	336.263
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	826.543	875.134
Outras contas a pagar	8.621	6.295
	<u>835.164</u>	<u>881.429</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	143.006	Variação do CDI	9,15%	13.085	16.356	19.628	9.814	6.543
2- Passivos financeiros								
Financiamentos	(124.646)	Variação da TJLP	5,32%	(6.631)	(8.289)	(9.947)	(4.973)	(3.316)
Empréstimos e financiamentos	(33.329)	Variação da Selic	9,15%	(3.050)	(3.813)	(4.575)	(2.288)	(1.525)
Debêntures e Notas Promissórias Comerciais	(319.608)	Variação do CDI	9,15%	(29.244)	(36.555)	(43.866)	(21.933)	(14.622)
Debêntures	(356.086)	Variação do IPCA	10,06%	(35.822)	(44.778)	(53.733)	(26.867)	(17.911)
1 + 2 - Exposição líquida	(690.663)			(61.662)	(77.079)	(92.493)	(46.247)	(30.831)

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB de liquidez imediata.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2021	2020	2021	2020
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	Custo amortizado	Nível 2	4.920	9.342	4.920	9.342
Aplicações financeiras	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	143.006	336.263	143.006	336.263
Contas a receber (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	445.536	430.220	445.536	430.220
Total				593.462	775.825	593.462	775.825
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	12	Custo amortizado	Nível 2	50.668	58.821	50.668	58.821
Empréstimos, financiamento e debêntures (ii)	13	Custo amortizado	Nível 2	826.543	875.134	849.531	920.701
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	14.736	6.983	14.736	6.983
Total				891.947	940.938	914.935	986.505

- (i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	2021	2020
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Equipamentos	75	75
Executante concessionário	35.411	43.454
Riscos de engenharia	220.567	251.328



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	60.382	266.586
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	612.044	612.044
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,10</u>	<u>0,44</u>

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente da taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.

24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.



Demonstrações Financeiras

Manaus Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente



Resultados

Águas de Manaus 4T22 e 2022

10/03/2023

ÁGUAS DE
ae MANAUS



EBITDA aumenta 19,2% e atinge R\$ 366,3 milhões em 2022

Manaus, 10 de março de 2023. A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Águas de Manaus"), presente em Manaus, Estado do Amazonas, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2022 ("4T22") e do ano de 2022 ("12M22"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T22 e o quarto trimestre de 2021 ("4T21") e entre o 12M22 e o ano de 2021 ("12M21"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

- Crescimento de 7,3% na Receita Líquida¹ do 4T22 em relação ao 4T21, atingindo R\$ 182,8 milhões. No 12M22, o crescimento foi de 10,8%, atingindo R\$ 734,1 milhões;
- EBITDA² atinge R\$ 104,3 milhões no 4T22, um crescimento de 133,8% comparado ao 4T21, com margem EBITDA de 57,0%. No 12M22, o EBITDA cresceu 19,2%, atingindo R\$ 366,3 milhões, com margem EBITDA de 49,9%;
- Desde o início das operações pela Aegea, a Águas de Manaus realizou mais de R\$ 870 milhões em investimentos na capital. Esse é o maior montante já investido no saneamento desde a entrada da iniciativa privada na cidade, nos anos 2000. Em menor tempo, foi investido duas vezes mais do que foi aplicado nas duas décadas anteriores;
- A Águas de Manaus iniciou, ao final de 2022, projeto pioneiro no país para levar coleta e tratamento de esgoto para as palafitas.

1 Valores não inclui as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05).

2 Valores não inclui as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.



Mensagem da Administração

O último trimestre de 2022 coroou um ano de feitos importantes no saneamento básico em Manaus. Executamos as obras de um projeto pioneiro no país, que tornará o Beco Nonato, na zona sul de Manaus, a primeira comunidade de palafitas a contar com sistema de tratamento de esgoto. Um projeto que está virando referência mundial em saneamento. Aproximadamente 900 pessoas serão beneficiadas, seguindo com o nosso compromisso com a comunidade, já estabelecido quando levamos água para o mesmo local em 2019. No local, também realizamos obras de melhorias e urbanização, fornecendo, desta forma, qualidade de vida e dignidade para essas pessoas.

As obras de redes de água seguem em novas comunidades de todas as zonas da cidade, garantindo água potável para mais de 210 mil pessoas e que o serviço na continue em níveis de universalização.

Os avanços de Manaus em relação ao saneamento básico foram destacados em um artigo da presidente executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto. No texto publicado no portal "Poder 360, ela cita a chegada dos serviços de distribuição de água tratada às populações vulneráveis em palafitas, becos e áreas de rip-rap da

capital amazonense. Foi um reconhecimento importante, tendo em vista que o Instituto Trata Brasil é uma das referências em estudos sobre o saneamento básico no país.

Manaus segue como a capital da Tarifa Manauara, com mais de 113 mil famílias que recebem o desconto de 50% nas tarifas de água e esgoto.

O ano de 2022 também ficou marcado pela conclusão da fase de vistoria do projeto Vem Com a Gente, que foi iniciado em agosto de 2018 e percorreu todos os bairros de Manaus, expandindo o atendimento e regularizando a prestação de serviços, bem como promovendo soluções adaptadas à realidade local de forma a criar instalações que sejam conservadas e mantidas em parceria com as comunidades, levando atendimento e infraestrutura eficiente para os bairros.

No âmbito financeiro, a companhia registrou crescimento de 10,8% na receita operacional líquida em comparação a 2021. Destaque para o crescimento de 11,7% nas economias ativas de esgoto.

Com o fechamento do ano, passamos de R\$ 870,0 milhões investidos na capital desde que a Aegea assumiu as operações da Águas de Manaus, em 2018. Esse é o

maior montante já investido no saneamento desde a entrada da iniciativa privada na cidade, nos anos 2000. Em menor tempo, a Águas de Manaus investiu duas vezes mais do que foi aplicado nas duas décadas anteriores.

Para 2023, seguiremos investindo em saneamento, acompanhando o crescimento vegetativo da cidade no abastecimento de água e levando cobertura de esgoto, o que significa mais saúde e dignidade para as pessoas e investimentos e desenvolvimento para Manaus.

A Administração



Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (' 000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita operacional líquida ¹	182.844	170.385	7,3%	734.128	662.813	10,8%
Receita de água	165.582	155.568	6,4%	662.877	608.798	8,9%
Receita de Esgoto	22.487	16.731	34,4%	83.025	64.970	27,8%
Deduções da receita	(5.225)	(1.914)	173,0%	(11.774)	(10.955)	7,5%
Custos e despesas operacionais ²	(78.569)	(125.780)	-37,5%	(367.875)	(355.642)	3,4%
EBITDA	104.275	44.605	133,8%	366.253	307.171	19,2%
Margem EBITDA	57,0%	26,2%	30,9 p.p.	49,9%	46,3%	3,5 p.p.
Resultado Financeiro	(40.896)	(54.468)	-24,9%	(242.159)	(180.314)	34,3%
Lucro Líquido	38.453	(11.226)	-442,5%	38.515	60.382	-36,2%

Receita Líquida

No 4T22, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 182,8 milhões, um aumento de 7,3% em relação ao 4T21 devido, principalmente: (i) ao reajuste tarifário de 9,88% aplicado em janeiro de 2022; e (ii) ao aumento no volume faturado.

No 12M22, a receita operacional líquida cresceu 10,8% em relação ao 12M21 e atingiu R\$ 734,1 milhões. Esse crescimento é resultado, principalmente, dos eventos apresentados anteriormente.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução da receita líquida entre o 4T21 e o 4T22 (R\$ milhões)



Evolução da receita líquida entre o 12M21 e o 12M22 (R\$ milhões)



1 Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras Intermediárias - ITR, nota nº 14, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 64,6 milhões no 4T21 e R\$ 60,4 milhões no 4T22 e R\$ 196,4 milhões no 12M21 e R\$ 224,1 milhões no 12M22.

2 Valores não incluem os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) e exclui os efeitos de amortização e depreciação.



Economias Ativas¹

No 4T22, a Companhia registrou 596,6 mil economias ativas, um crescimento de 2,5%. No período, as economias ativas de água cresceram 1,2% e as economias ativas de esgoto aumentaram 11,7% devido às novas ligações de esgoto.

Economias ativas	4T22	4T21	Δ %
Água	515.373	509.265	1,2%
Esgoto	81.259	72.738	11,7%
Total	596.632	582.003	2,5%

O gráfico a seguir demonstra a redução das economias ativas entre os períodos analisados:



Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total atingiu 26.697 mil m³, um aumento de 3,9% em relação ao 4T21. Esse crescimento é devido, principalmente, à expansão às novas ligações de esgoto, com crescimento de 14,9% do volume faturado.

No 12M22, o volume faturado total atingiu 103.739 mil m³, um aumento de 2,9% em relação ao 12M21 devido ao mesmo evento do trimestre. O volume faturado de esgoto no 12M22 apresentou um crescimento de 9,7% na comparação com o 12M21, enquanto o volume faturado de água cresceu 2,0%.

A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m ³)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Água	23.229	22.667	2,5%	90.937	89.148	2,0%
Esgoto	3.468	3.019	14,9%	12.802	11.665	9,7%
Total	26.697	25.686	3,9%	103.739	100.814	2,9%

¹ Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução do volume faturado entre o 4T21 e o 4T22 ('000 m³)

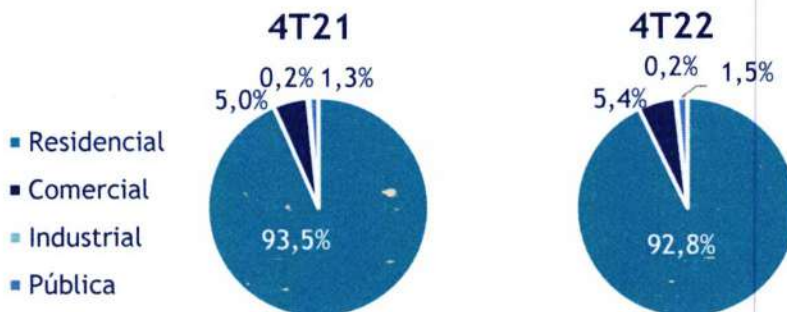


Evolução do volume faturado entre o 12M21 e o 12M22 ('000 m³)



O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes permanece no segmento residencial, responsável por 92,8% do faturamento.

Volume faturado de água por categoria entre o 4T21 e o 4T22 (%)



Custos e Despesas

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 78,6 milhões, uma redução de 37,5% na comparação com o 4T21.

Essa redução é resultado, principalmente, da revisão do índice de cálculo da provisão da PECLD. Em 2022, o índice da unidade apresentou uma melhora, principalmente em relação às provisões de parcelamento. Descontando o impacto da PECLD, os custos e despesas reduziram 0,2% no 4T22 em relação ao 4T21.

No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 367,9 milhões, um aumento de 3,4% na comparação com o 12M21. Esse crescimento é decorrente do aumento nos custos e despesas com energia elétrica, devido à alteração da bandeira tarifária e encargos ao setor, além do aumento nos custos e despesas com pessoal, devido à provisão de remuneração variável de longo prazo contabilizada no 2º segundo trimestre e que não ocorreu em 2021. Compensou parcialmente a revisão da PECLD mencionada nos resultados do trimestre.



Na tabela a seguir a variação dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Custos e Despesas ('000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Pessoal	(11.999)	(10.089)	18,9%	(43.088)	(37.945)	13,6%
Conservação e manutenção	(2.036)	(778)	161,7%	(4.391)	(4.800)	-8,5%
Serviços de terceiros	(27.129)	(29.881)	-9,2%	(114.377)	(111.394)	2,7%
Materiais, equipamentos e veículos	(143)	(1.382)	-89,7%	(3.836)	(6.247)	-38,6%
Custo de concessão	(1.831)	(1.705)	7,4%	(7.347)	(6.633)	10,8%
Energia Elétrica	(16.993)	(19.089)	-11,0%	(75.852)	(67.545)	12,3%
PECLD	(6.537)	(53.640)	-87,8%	(71.670)	(81.938)	-12,5%
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.669)	(2.106)	26,7%	(9.194)	(9.313)	-1,3%
Produtos químicos	(3.030)	(4.750)	-36,2%	(22.333)	(18.127)	23,2%
Locação	(3.088)	(632)	388,6%	(6.389)	(2.815)	127,0%
Outros	(3.114)	(1.728)	80,2%	(9.398)	(8.885)	5,8%
Custos e despesas operacionais	(78.569)	(125.780)	-37,5%	(367.875)	(355.642)	3,4%
Depreciação e Amortização	(17.943)	(15.805)	13,5%	(70.202)	(60.420)	16,2%
Total	(96.512)	(141.585)	-31,8%	(438.077)	(416.062)	5,3%

Os gráficos a seguir apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Evolução dos custos e despesas entre o 4T21 e o 4T22 (R\$ milhões)



Evolução dos custos e despesas entre o 12M21 e o 12M22 (R\$ milhões)



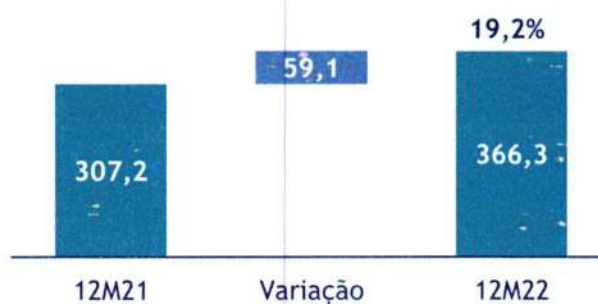
EBITDA

No 4T22, o EBITDA foi de R\$ 104,3 milhões, um crescimento de 133,8% na comparação com o 4T21, devido, principalmente, à redução dos custos e despesas com PECLD mencionado anteriormente. A margem EBITDA fechou em 57,0%. No 12M22, o EBITDA foi de R\$ 366,3 milhões, crescimento de 19,2% em relação ao 12M21. A margem EBITDA fechou em 49,9%, um crescimento de 3,5 p.p. em relação ao 12M21.

Evolução do EBITDA entre o 4T21 e o 4T22 (R\$ milhões)



Evolução do EBITDA entre o 12M21 e o 12M22 (R\$ milhões)

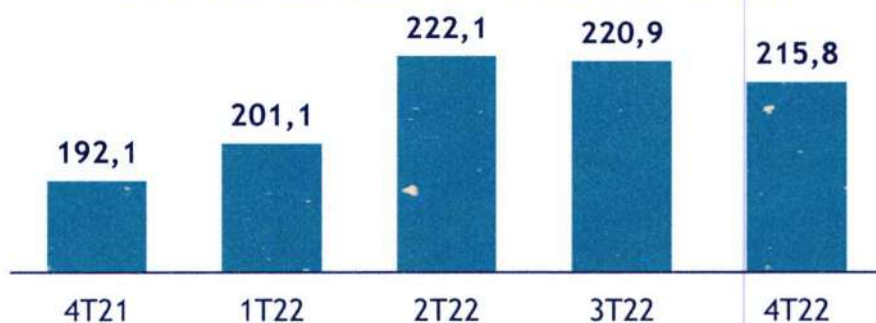


EBITDA ('000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Lucro Líquido	38.453	(11.226)	-442,5%	38.515	60.382	-36,2%
(+) Resultado Financeiro	40.896	54.468	-24,9%	242.159	180.314	34,3%
(+) Imposto sobre Lucro	6.983	(14.442)	-148,4%	15.377	6.055	154,0%
(+) Depreciação e Amortização	17.943	15.805	13,5%	70.202	60.420	16,2%
EBITDA	104.275	44.605	133,8%	366.253	307.171	19,2%
Margem EBITDA	57,0%	26,2%	30,9 p.p.	49,9%	46,3%	3,5 p.p.

CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 4T22, a Companhia realizou R\$ 215,8 milhões em investimentos, um crescimento de 12,3% na comparação com o 4T21. Esse aumento está relacionado, principalmente, aos projetos de expansão da cobertura de esgoto.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)



Endividamento

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 892,7 milhões no 4T22, um crescimento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R\$ 44,8 milhões, uma redução de 69,7% na comparação com o mesmo período de 2021.



A dívida líquida totalizou R\$ 847,9 milhões, um aumento de 24,9% com relação ao mesmo período do ano anterior.

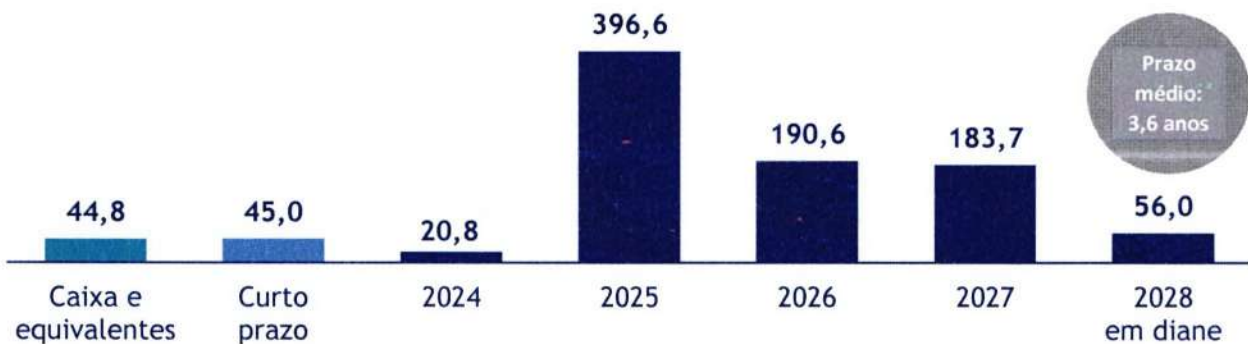
A alavancagem da Companhia medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA ficou em 2,31x no 4T22.

Endividamento (R\$ milhares)	4T22	4T21	Δ %
Dívida Líquida	847.865	678.617	24,9%
(+) Dívida Bruta	892.692	826.543	8,0%
(-) Caixa e Disponibilidades	(44.827)	(147.926)	-69,7%
EBITDA (12 meses)	366.253	307.171	19,2%
Dívida Líquida / EBITDA	2,31x	2,21x	0,10x

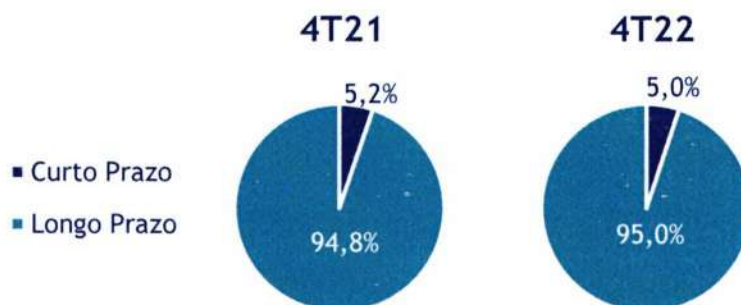
No período encerrado em dezembro de 2022, o prazo médio da dívida da Águas de Manaus era de 3,6 anos e a dívida de curto prazo representava 5,0% do endividamento total.

A seguir o cronograma de amortização da dívida em dezembro de 2022:

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)

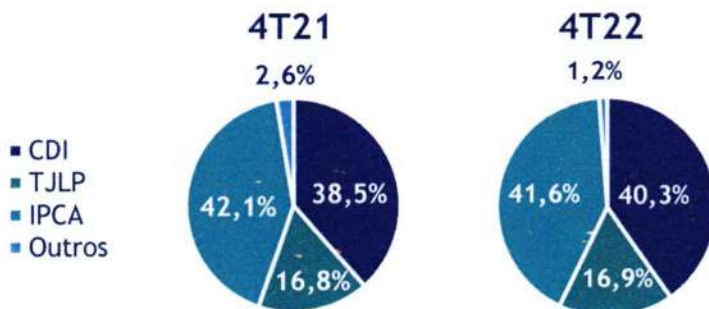


Distribuição da dívida (%)





Endividamento bruto por indexador (%)



O custo médio da dívida de Manaus ficou próximo a 100% do CDI (CDI - 0,1%). Em taxa pré-fixada, o custo da Dívida foi de 13,6% no 3T22 versus 13,3% no 4T21.

Estrutura de Capital



DIRETORIA
DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS
N.º 1000
DE 1997
10/01/97

ANEXOS



Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	253.934	458.224
Caixa e equivalentes de caixa	4.406	4.920
Aplicações financeiras	27.771	143.006
Contas a receber de clientes	153.708	196.291
Estoques	15.829	11.478
Tributos a recuperar	8.140	58.830
Outros créditos	44.080	43.699
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.590.687	1.379.645
Aplicações financeiras	12.650	0
Contas a receber de clientes	261.024	249.245
Tributos a recuperar	91.977	65.092
Ativo fiscal diferido	11.929	8.751
Depósitos judiciais	5.837	6.014
Outros créditos	3.432	4.853
Imobilizado	17.149	16.827
Ativo de contrato da concessão	63.563	54.165
Intangível	1.123.126	974.698
TOTAL ATIVO	1.844.621	1.837.869
PASSIVO CIRCULANTE	117.104	117.288
Fornecedores e empreiteiros	37.878	47.646
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.951	42.602
Obrigações trabalhistas e sociais	15.984	14.217
Obrigações fiscais	1.680	3.134
Imposto de renda e contribuição social	1.218	1.410
Parcelamento de impostos	169	155
Dividendos a pagar	7.277	524
Outras contas a pagar	7.947	7.600
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	880.570	817.396
Fornecedores e empreiteiros	10.905	3.022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	847.741	783.941
Parcelamento de impostos	1.042	1.108
Provisões	13.184	22.189
Outras contas a pagar	7.698	7.136
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	846.947	903.185
Capital social	612.044	612.044
Reserva de lucros	62.691	126.412
Reserva de incentivos fiscais	172.212	164.729
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.844.621	1.837.869



Demonstração do Resultado

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	969.970	870.164
Receita direta	745.902	673.768
Receita de construção ativo intangível	224.068	196.396
Deduções da receita bruta	(11.774)	(10.955)
Receita operacional líquida	958.196	859.209
Custos dos serviços prestados	(480.758)	(434.737)
Custos operacionais	(256.690)	(238.341)
Custos de Construção ativo intangível	(224.068)	(196.396)
Despesas Operacionais	(181.387)	(177.721)
Gerais e administrativas	(183.684)	(178.818)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	2.297	1.097
Resultado operacional	296.051	246.751
Resultado financeiro	(242.159)	(180.314)
Imposto de renda e contribuição social	(15.377)	(6.055)
Resultado do Período	38.515	60.382

Demonstração do Fluxo de Caixa

(valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	53.892	66.437
Ajustes para:	275.370	244.623
Amortização e depreciação	70.202	60.420
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9.194	9.313
(Reversão) Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(16.135)	109.271
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	87.805	(27.333)
Resultado na baixa de intangível	674	8.457
Rendimentos de aplicações financeiras	(11.536)	(11.654)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	94.244	79.268
Amortização do custo de captação	4.067	4.044
Ajuste a valor presente de clientes	31.858	12.492
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	921	387
Atualização monetária de depósitos judiciais	(102)	(42)
Provisão para bônus diretoria	4.174	0
Variações nos ativos e passivos	(94.088)	(123.540)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(71.938)	(109.254)
Contas a receber de clientes	(72.724)	(109.746)
Estoques	(4.351)	(3.794)
Tributos a recuperar	(225)	2.532
Depósitos judiciais	279	(326)
Outros créditos	5.083	2.080
Aumento / (Diminuição) dos passivos	(22.150)	(14.286)
Fornecedores e empreiteiros	(1.885)	(8.153)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.767	3.540
Obrigações fiscais	(1.454)	1.699
Parcelamentos de impostos	(52)	(110)
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(14.605)	(15.448)
Outras contas a pagar	(5.921)	4.186
Juros pagos	(97.880)	(32.753)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(379)	(1.655)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	136.915	153.112
Aplicações financeiras, líquidas	99.897	194.932
Juros recebidos	11.328	8.049
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(213.475)	(190.176)
Aquisição de imobilizado	(2.304)	(1.969)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(104.554)	10.836
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	382.065	37.487
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.106)	(876)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(323.834)	(141.981)
Dividendos pagos	(88.000)	(63.000)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(32.875)	(168.370)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(514)	(4.422)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.920	9.342
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.406	4.920
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(514)	(4.422)



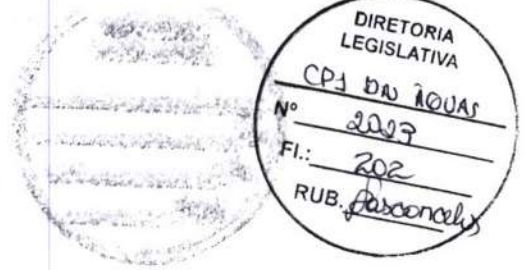
ÁGUAS DE **ae** MANAUS

Relações com Investidores

ri@aegea.com.br

+55 11 3818-8150

<https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-de-manaus/>



Manaus Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Manaus Ambiental S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles

executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.e. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d., 3.j., 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



Manaus Ambiental S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.406	4.920
Aplicações financeiras	5	27.771	143.006
Contas a receber de clientes	6	153.708	196.291
Estoques		15.829	11.478
Tributos a recuperar	7	8.140	58.830
Outros créditos	13	44.080	43.699
Total do ativo circulante		253.934	458.224
Aplicações financeiras	5	12.650	-
Contas a receber de clientes	6	261.024	249.245
Tributos a recuperar	7	91.977	65.092
Ativo fiscal diferido	19 b.	11.929	8.751
Depósitos judiciais	14	5.837	6.014
Outros créditos	13	3.432	4.853
Total do realizável a longo prazo		386.849	333.955
Imobilizado		17.149	16.827
Ativo de contrato da concessão Intangível	9 10	63.563 1.123.126	54.165 974.698
Total do ativo não circulante		1.590.687	1.379.645
Total do ativo		1.844.621	1.837.869
Passivo	Nota	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	44.951	42.602
Fornecedores e empreiteiros	11	37.878	47.646
Obrigações trabalhistas e sociais		15.984	14.217
Obrigações fiscais		1.680	3.134
Parcelamento de impostos		169	155
Imposto de renda e contribuição social		1.218	1.410
Dividendos a pagar	8	7.277	524
Outras contas a pagar		7.947	7.600
Total do passivo circulante		117.104	117.288
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	847.741	783.941
Fornecedores e empreiteiros	11	10.905	3.022
Parcelamento de impostos		1.042	1.108
Provisões	14	13.184	22.189
Outras contas a pagar		7.698	7.136
Total do passivo não circulante		880.570	817.396
Total do passivo		997.674	934.684
Patrimônio líquido	15		
Capital social		612.044	612.044
Reserva de lucros		62.691	126.412
Reserva de incentivos fiscais		172.212	164.729
Total do patrimônio líquido		846.947	903.185
Total do passivo e patrimônio líquido		1.844.621	1.837.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	958.196	859.209
Custos dos serviços prestados	17	<u>(480.758)</u>	<u>(434.737)</u>
Lucro bruto		<u>477.438</u>	<u>424.472</u>
Despesas administrativas e gerais	17	(183.684)	(178.818)
Outras receitas operacionais		2.560	3.175
Outras despesas operacionais		<u>(263)</u>	<u>(2.078)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>296.051</u>	<u>246.751</u>
Receitas financeiras	18	49.318	38.427
Despesas financeiras	18	<u>(291.477)</u>	<u>(218.741)</u>
Resultado financeiro		<u>(242.159)</u>	<u>(180.314)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>53.892</u>	<u>66.437</u>
Imposto de renda e contribuição social	19 a.	<u>(15.377)</u>	<u>(6.055)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>38.515</u>	<u>60.382</u>
Resultado por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	22	<u>0,06</u>	<u>0,10</u>
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	22	<u>0,06</u>	<u>0,10</u>
Quantidade média de ações		612.043.568	612.043.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>38.515</u>	<u>60.382</u>
Resultado abrangente total	<u><u>38.515</u></u>	<u><u>60.382</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1° de janeiro de 2021		612.044	24.657	120.916	148.186	-	905.803
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.382	60.382
Destinação:							
Reserva legal	15 b.	-	3.019	-	-	(3.019)	-
Reserva de incentivo fiscal	15 c.	-	-	-	16.543	(16.543)	-
Dividendos intermediários	15 d.	-	-	(63.000)	-	-	(63.000)
Lucros retidos	15 e.	-	-	40.820	-	(40.820)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		612.044	27.676	98.736	164.729	-	903.185
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.515	38.515
Destinação:							
Reserva legal	15 b.	-	1.926	-	-	(1.926)	-
Reserva de incentivos fiscais	15 c.	-	-	-	7.483	(7.483)	-
Dividendos Intermediários	15 d.	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Dividendos Intercalares	15 d.	-	-	(57.476)	-	-	(57.476)
Dividendos mínimos obrigatórios	15 d.	-	-	-	-	(7.277)	(7.277)
Lucros retidos	15 e.	-	-	21.829	-	(21.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		612.044	29.602	33.089	172.212	-	846.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		53.892	66.437
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	17	70.202	60.420
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14 e 17	9.194	9.313
(Reversão) Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	(16.135)	109.271
Baixa (Recuperação) de títulos do contas a receber	6 e 17	87.805	(27.333)
Resultado na baixa de intangível	10	674	8.457
Resultado na baixa de imobilizado		4	-
Rendimentos de aplicações financeiras	18	(11.536)	(11.654)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 18	94.244	79.268
Amortização do custo de captação	12	4.067	4.044
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 18	31.858	12.492
Atualização monetária de provisão para demandas judiciais	14	921	387
Atualização monetária de depósitos judiciais	18	(102)	(42)
Provisão para bônus diretoria	8	4.174	-
		<u>329.262</u>	<u>311.060</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(72.724)	(109.746)
Estoques		(4.351)	(3.794)
Tributos a recuperar		(225)	2.532
Depósitos judiciais		279	(326)
Outros créditos		5.083	2.080
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(1.885)	(8.153)
Obrigações trabalhistas e sociais		1.767	3.540
Obrigações fiscais		(1.454)	1.699
Parcelamentos de impostos		(52)	(110)
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	(14.605)	(15.448)
Outras contas a pagar		(5.921)	4.186
Juros pagos	12	(97.880)	(32.753)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19 a.	(379)	(1.655)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>136.915</u>	<u>153.112</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, liquidas		99.897	194.932
Juros recebidos		11.328	8.049
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9	(213.475)	(190.176)
Aquisição de imobilizado		(2.304)	(1.969)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento		<u>(104.554)</u>	<u>10.836</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	12	382.065	37.487
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(3.106)	(876)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	12	(323.834)	(141.981)
Dividendos pagos	15 b.	(88.000)	(63.000)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		<u>(32.875)</u>	<u>(168.370)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(514)</u>	<u>(4.422)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	4.920	9.342
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	4.406	4.920
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(514)</u>	<u>(4.422)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receitas	977.503	753.604
Serviços	734.740	663.304
Receita de construção	224.068	196.396
Outras receitas	2.560	3.175
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	16.135	(109.271)
Insumos adquiridos de terceiros	(747.315)	(540.852)
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(224.068)	(196.396)
Custos dos serviços prestados	(158.030)	(150.462)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(365.217)	(193.994)
Valor adicionado bruto	230.188	212.752
Amortização e depreciação	(70.202)	(60.420)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	159.986	152.332
Valor adicionado recebido em transferência	49.318	38.427
Receitas financeiras	49.318	38.427
Valor adicionado total a distribuir	209.304	190.759
Distribuição do valor adicionado	209.304	190.759
Pessoal	37.188	33.145
Remuneração direta	24.881	21.863
Benefícios	10.394	9.658
F.G.T.S	1.913	1.624
Impostos, taxas e contribuições	25.195	14.311
Impostos federais	24.014	12.873
Impostos estaduais	67	36
Impostos municipais	1.114	1.402
Remuneração de capitais de terceiros	108.406	82.921
Juros	102.017	80.106
Aluguéis	6.389	2.815
Remuneração de capitais próprios	38.515	60.382
Dividendos	7.277	-
Lucros retidos	31.238	60.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Manaus Ambiental S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no município de Manaus – AM. A Companhia foi constituída em 22 de junho de 1999, iniciando efetivamente suas operações em 4 de julho de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão com o Município de Manaus.

O objeto do referido contrato consiste na execução, operação e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto na cidade de Manaus – AM, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo de 45 anos.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 14);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 16); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 19).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) *Mensuração subsequente*

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Mensuração Subsequente*--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento--Continuação

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de clientes.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos--Continuação*

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos--Continuação*

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 20.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "j". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos

(i) *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal obtido de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% da alíquota de Imposto de Renda, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos desde de janeiro de 2012 à dezembro de 2021. Em 21 de agosto de 2020 a Companhia ingressou com pedido de renovação do incentivo para mais 10 anos. Em 29 de julho de 2021 o pedido foi aprovado com a renovação do incentivo até dezembro de 2030.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, ser mantido em reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social*--Continuação

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social*--Continuação

Exposições fiscais--Continuação

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura--Continuação

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	7	5
Bancos conta movimento	4.399	4.915
	<u>4.406</u>	<u>4.920</u>

5. Aplicações financeiras

<u>Modalidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	17.479	139.452
Fundo de Investimento Safira	22.942	3.554
	<u>40.421</u>	<u>143.006</u>
Circulante	27.771	143.006
Não circulante	12.650	-



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras--Continuação

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB do fundo de investimento é em média 102,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (97,56% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Serviços de água e esgoto	719.750	769.130
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	28.084	25.643
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(333.102)</u>	<u>(349.237)</u>
	<u>414.732</u>	<u>445.536</u>
Circulante	153.708	196.291
Não circulante	261.024	249.245

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldos vencidos					Total	Total em 2022
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	38.668	85.738	61.095	69.259	3.475	219.567	258.235
Comercial	7.444	17.128	12.954	18.865	831	49.778	57.222
Industrial	128	662	391	855	26	1.934	2.062
Setor público	5.128	15.595	3.495	1.128	2	20.220	25.348
Subtotal consumidores	<u>51.368</u>	<u>119.123</u>	<u>77.935</u>	<u>90.107</u>	<u>4.334</u>	<u>291.499</u>	<u>342.867</u>
Renegociações (i)	<u>339.032</u>	<u>19.441</u>	<u>11.262</u>	<u>6.906</u>	<u>242</u>	<u>37.851</u>	<u>376.883</u>
	<u>390.400</u>	<u>138.564</u>	<u>89.197</u>	<u>97.013</u>	<u>4.576</u>	<u>329.350</u>	<u>719.750</u>

Classe de consumidor	Saldos vencidos					Total	Total em 2021
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias		
Residencial	43.676	91.170	50.241	72.111	54.152	267.674	311.350
Comercial	5.170	15.386	13.040	22.899	14.980	66.305	71.475
Industrial	150	602	403	1.038	1.576	3.619	3.769
Setor público	5.197	14.329	870	605	538	16.342	21.539
Subtotal consumidores	<u>54.193</u>	<u>121.487</u>	<u>64.554</u>	<u>96.653</u>	<u>71.246</u>	<u>353.940</u>	<u>408.133</u>
Renegociações (i)	<u>324.193</u>	<u>17.155</u>	<u>6.578</u>	<u>7.037</u>	<u>6.034</u>	<u>36.804</u>	<u>360.997</u>
	<u>378.386</u>	<u>138.642</u>	<u>71.132</u>	<u>103.690</u>	<u>77.280</u>	<u>390.744</u>	<u>769.130</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes --Continuação

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2022 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 79.242, calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 6,09% a.a. (R\$ 47.384 e 4,23% em 31 de dezembro de 2021) Em 31 de dezembro de 2022 foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 31.858 de provisão de ajuste a valor presente (R\$ 12.492 em 31 de dezembro de 2021)

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Saldo em 2021	Resultado		Saldo em 2022
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(169.814)	(97.837)	84.100	(183.551)
Público	(7.105)	(5.277)	6.833	(5.549)
Renegociações	(172.318)	(45.259)	73.575	(144.002)
	<u>(349.237)</u>	<u>(148.373)</u>	<u>164.508</u>	<u>(333.102)</u>

Natureza	Saldo em 2020	Resultado		Saldo em 2021
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(121.778)	(89.345)	41.309	(169.814)
Público	(2.866)	(4.700)	461	(7.105)
Renegociações	(115.322)	(99.466)	42.470	(172.318)
	<u>(239.966)</u>	<u>(193.511)</u>	<u>84.240</u>	<u>(349.237)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Resultado		Total em 2022
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(147.435)	75.262	(72.173)
Público	(2.767)	2.418	(349)
Renegociações	(28.506)	13.223	(15.283)
	<u>(178.708)</u>	<u>90.903</u>	<u>(87.805)</u>

Natureza	Resultado		Total em 2021
	Baixas	Recuperações (iii)	
Privado (ii)	(72.297)	101.906	29.609
Público	(2.276)	-	(2.276)
	<u>(74.573)</u>	<u>101.906</u>	<u>27.333</u>

- (ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

- (iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. Tributos a recuperar

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.404	14.759
Créditos de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	84.189	108.656
Outros	2.524	507
	<u>100.117</u>	<u>123.922</u>
Circulante	8.140	58.830
Não circulante	91.977	65.092

- (i) Devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a Companhia reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativo aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do crédito para compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

8. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2022, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 7.092 (R\$ 4.186 em 31 de dezembro de 2021).

Em Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores e a alta gerência no montante de R\$ 4.174.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Companhia de Saneamento de Manaus, que detêm 100% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações indiretas da Companhia de Saneamento de Manaus.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

Outras transações com partes relacionadas--Continuação

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas (nota explicativa nº 13)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	45	-
Águas do Rio 1 SPE S.A. (d)	-	135
Águas do Rio 4 SPE S.A. (d)	-	104
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (e)	203	378
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A (d)	742	-
Outras partes relacionadas (d)	679	50
	<u>1.669</u>	<u>667</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	5.336	2.850
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	-	767
	<u>5.336</u>	<u>3.617</u>
	<u>7.005</u>	<u>4.284</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	4.224	5.172
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	930	692
Águas de Teresina Saneamento SPE S. A (d)	-	580
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	102	590
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	2.262	193
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (f)	3.439	3.409
Outras partes relacionadas (d)	-	189
	<u>10.957</u>	<u>10.825</u>
Outras contas a pagar partes relacionadas (d)		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	86	-
Ambiental MS Pantanal SPE S.A.	124	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	111	-
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A	694	-
	<u>1.016</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar		
Companhia de Saneamento de Manaus	<u>7.277</u>	<u>524</u>
Passivo não circulante		
Debentures (g)		
Itaú Unibanco S.A.	<u>6.931</u>	<u>-</u>
Notas Promissórias (g)		
Itaú Unibanco S.A.	-	319.608
	<u>26.181</u>	<u>330.957</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

Outras transações com partes relacionadas--Continuação

	2022	2021
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(53.007)	(54.356)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(3.983)	(7.196)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(4.991)	(253)
Rio Negro Ambiental, Captação, Trat. e Distrib. de Águas SPE S.A (f)	(32.237)	(35.280)
	<u>(94.218)</u>	<u>(97.085)</u>
Receitas financeiras (h)		
Banco Itaú BBA S.A.	386	-
	<u>386</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras (g)		
Banco Itaú BBA S.A.	-	(11.907)
Itaú Unibanco S.A.	(33.164)	-
	<u>(33.164)</u>	<u>(11.907)</u>
	<u>(126.996)</u>	<u>(108.992)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) A natureza dos saldos mantidos em outros créditos refere-se substancialmente pela venda de infraestrutura de bombas de captação realizada em 2017 para a Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (f) A natureza dos saldos mantidos nas contas de fornecedores e custos dos serviços prestados referem-se substancialmente ao fornecimento de água tratada pela Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.
- (g) A rubrica compreende as seguintes transações: emissão de debêntures e notas promissórias em posse do Itaú Unibanco S.A. e Banco Itaú BBA S.A., despesas e juros incorridos sobre essas operações no resultado do exercício.
- (h) Refere-se aos rendimentos com aplicações financeiras.

9. Ativo de contrato da concessão

	2022	2021
Ativo de contrato da concessão	63.563	54.165
	<u>63.563</u>	<u>54.165</u>
	2021	2022
	Custo	Adições (j)
Ativo de contrato da concessão	54.165	224.068
	<u>54.165</u>	<u>224.068</u>
	2020	2021
	Custo	Adições (j)
Ativo de contrato da concessão	134.266	196.396
	<u>134.266</u>	<u>196.396</u>
	Transferências	Custo
	(214.670)	63.563
	<u>(214.670)</u>	<u>63.563</u>
	2020	2021
	Custo	Adições (j)
Ativo de contrato da concessão	134.266	196.396
	<u>134.266</u>	<u>196.396</u>
	Transferências	Custo
	(276.497)	54.165
	<u>(276.497)</u>	<u>54.165</u>

- (j) Os juros sobre empréstimos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 10.593 a uma taxa média de 10,43% a.a. (R\$ 6.220 e 9,31% a.a. em 31 de dezembro de 2021)



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2022			2021
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	4,0%	987.665	(306.340)	681.325	522.920
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	4,0%	851.398	(463.110)	388.288	404.503
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,4%	143.130	(90.693)	52.437	46.095
Outros componentes	de 03 a 30	4,1%	1.077	(309)	768	497
			<u>1.983.270</u>	<u>(860.452)</u>	<u>1.122.818</u>	<u>974.015</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(3.688)	308	683
			<u>3.996</u>	<u>(3.688)</u>	<u>308</u>	<u>683</u>
			<u>1.987.266</u>	<u>(864.140)</u>	<u>1.123.126</u>	<u>974.698</u>
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2021			2020
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,8%	795.069	(272.149)	522.920	342.043
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	4,0%	841.608	(437.105)	404.503	380.483
Máquinas e equipamentos	de 10 a 30	7,6%	129.232	(83.137)	46.095	40.160
Outros componentes	de 15 a 30	3,5%	765	(268)	497	525
			<u>1.766.674</u>	<u>(792.659)</u>	<u>974.015</u>	<u>763.211</u>
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	3.996	(3.313)	683	1.146
			<u>3.996</u>	<u>(3.313)</u>	<u>683</u>	<u>1.146</u>
			<u>1.770.670</u>	<u>(795.972)</u>	<u>974.698</u>	<u>764.357</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação do custo

Ativo	2021			2022	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	795.069	176.382	(192)	16.406	987.665
Edificações de estações de tratamento	841.608	24.078	(535)	(13.753)	851.398
Máquinas e equipamentos	129.232	13.898	-	-	143.130
Outros componentes	765	312	-	-	1.077
	<u>1.766.674</u>	<u>214.670</u>	<u>(727)</u>	<u>2.653</u>	<u>1.983.270</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.770.670</u>	<u>214.670</u>	<u>(727)</u>	<u>2.653</u>	<u>1.987.266</u>
Ativo	2020			2021	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	589.422	205.754	(98)	(9)	795.069
Edificações de estações de tratamento	791.983	58.604	(8.361)	(618)	841.608
Máquinas e equipamentos	116.466	12.139	-	627	129.232
Outros componentes	765	-	-	-	765
	<u>1.498.636</u>	<u>276.497</u>	<u>(8.459)</u>	<u>-</u>	<u>1.766.674</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	3.996	-	-	-	3.996
	<u>3.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.996</u>
	<u>1.502.632</u>	<u>276.497</u>	<u>(8.459)</u>	<u>-</u>	<u>1.770.670</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

c) Movimentação da amortização

Ativo	2021			2022	
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(272.149)	(32.222)	20	(1.989)	(306.340)
Edificações de estações de tratamento	(437.105)	(27.275)	33	1.237	(463.110)
Máquinas e equipamentos	(83.137)	(7.556)	-	-	(90.693)
Outros componentes	(268)	(41)	-	-	(309)
	<u>(792.659)</u>	<u>(67.094)</u>	<u>53</u>	<u>(752)</u>	<u>(860.452)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(3.313)	(375)	-	-	(3.688)
	<u>(3.313)</u>	<u>(375)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.688)</u>
	<u>(795.972)</u>	<u>(67.469)</u>	<u>53</u>	<u>(752)</u>	<u>(864.140)</u>
Ativo	2020			2021	
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(247.379)	(24.772)	2	-	(272.149)
Edificações de estações de tratamento	(411.500)	(25.617)	-	12	(437.105)
Máquinas e equipamentos	(76.306)	(6.819)	-	(12)	(83.137)
Outros componentes	(240)	(28)	-	-	(268)
	<u>(735.425)</u>	<u>(57.236)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(792.659)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(2.850)	(463)	-	-	(3.313)
	<u>(2.850)</u>	<u>(463)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.313)</u>
	<u>(738.275)</u>	<u>(57.699)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(795.972)</u>

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2022.

11. Fornecedores e empreiteiros

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	37.826	39.843
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	10.957	10.825
	<u>48.783</u>	<u>50.668</u>
Circulante	37.878	47.646
Não circulante	10.905	3.022



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2022	2021
Projeto BNDES	Pré 6,0% a.a., SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a 2,97% a.a.	Agosto/2023 a Julho/2040	254.659	214.851	153.396	142.055
Capital de giro	SELIC + 2,53% a.a.	Agosto/2023	30.000	30.000	8.504	18.029
Notas promissórias comerciais	CDI + 1,50% a.a.	Janeiro/2023	300.000	300.000	-	318.128
Debêntures	IPCA + 6,25% a.a.	Junho/2025	310.000	310.000	371.089	348.331
Debêntures	CDI + 0,65% a 2,90% a.a.	Julho/23 a Setembro/29	350.000	350.000	359.703	-
					892.692	826.543
Circulante					44.951	42.602
Não circulante					847.741	783.941

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	2022
2024	24.260
2025	23.192
2026	16.201
2027	9.215
2028	9.215
2029 em diante	47.724
	129.807

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

2025	375.606
2026	175.000
2027	175.000
	725.606
Custo de captação (não circulante)	(7.672)
Total	847.741

Movimentação das dívidas

	2022	2021
Saldo inicial	826.543	875.134
Captações	382.065	37.487
(-) Pagamentos do principal	(323.834)	(141.981)
(-) Pagamentos de juros	(97.880)	(32.753)
Provisão de juros (nota explicativa nº 18)	94.244	79.268
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	10.593	6.220
(-) Custo de captação do exercício	(3.106)	(876)
Amortização do custo de captação do exercício	4.067	4.044
Saldo final	892.692	826.543



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$ 9.379 (R\$ 10.340 em 31 dezembro de 2021).

a) Debêntures

Em maio de 2020, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 310.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em junho de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2020. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela controladora indireta Aegea.

Em outubro de 2022, mediante a 4ª emissão, a Companhia emitiu 350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 350.000, as quais serão pagas em duas parcelas anuais sendo em outubro de 2026 e 2027 e os juros pagos semestralmente a partir de abril de 2023.

b) Projetos BNDES

Em novembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujos recursos foram destinados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município onde atua, no valor nominal total de R\$ 177.599, já desembolsados. O financiamento têm vencimentos entre dezembro de 2024 e junho de 2029.

Em junho de 2020, a Companhia assinou contrato com o BNDES, cujos recursos foram destinados à ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água, bem como redução de perdas operacionais no município onde atua, no valor nominal total de R\$ 77.060, dos quais R\$ 69.317 já foram desembolsados. O financiamento têm vencimentos entre agosto de 2022 e julho de 2040.

c) Capital de Giro

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimentos entre setembro de 2020 e agosto de 2023.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tais operações, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A ("AEGEA"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Companhia; (iii) conta reserva; e (iv) penhor das ações da Companhia.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

d) Notas Promissórias Comerciais

Em janeiro de 2020, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 30 notas comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 300.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em janeiro de 2021, para a 1ª série, janeiro de 2022, para a 2ª série e janeiro de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela avalista controladora indireta Aegea. Essa operação foi totalmente liquidada em outubro/2022.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2022.

13. Outros créditos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros créditos partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	1.669	667
Outros créditos a receber solvi	38.293	40.997
Outros	7.550	6.888
	<u>47.512</u>	<u>48.552</u>
Circulante	44.080	43.699
Não circulante	3.432	4.853

14. Depósitos judiciais e provisões

A Companhia é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	2.573	1.845	3.600	4.331
Trabalhistas	2.720	2.506	5.822	6.459
Tributários	544	1.663	3.762	11.399
	<u>5.837</u>	<u>6.014</u>	<u>13.184</u>	<u>22.189</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

Movimentação das provisões

Natureza	2021	Resultado			Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária	2022
		Adições	Reversões	Pagamentos				
Cíveis	4.331	11.744	(4.007)	(11.729)	3.261	-	-	3.600
Trabalhistas	6.459	1.799	(342)	(2.876)	782	-	-	5.822
Tributários	11.399	-	-	-	-	(8.558)	921	3.762
	<u>22.189</u>	<u>13.543</u>	<u>(4.349)</u>	<u>(14.605)</u>	<u>4.043</u>	<u>(8.558)</u>	<u>921</u>	<u>13.184</u>

Natureza	2020	Resultado			Ativo de indenização (i)	PIS/COFINS sobre receitas financeiras (ii)	Atualização monetária	2021
		Adições	Reversões	Pagamentos				
Cíveis	5.764	12.164	(2.911)	(14.314)	3.628	-	-	4.331
Trabalhistas	6.525	227	(194)	(1.134)	1.035	-	-	6.459
Tributários	10.985	27	-	-	-	-	387	11.399
	<u>23.274</u>	<u>12.418</u>	<u>(3.105)</u>	<u>(15.448)</u>	<u>4.663</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>22.189</u>

(i) Provisões sujeitas a reembolso conforme acordo de acionistas em combinação de negócios.

(ii) O montante corresponde a reversão de provisão, resultante de sentença desfavorável do processo 1000078-53.2016.4.01.3200, referente a exigibilidade das contribuições de PIS e para a COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Zona Franca de Manaus.

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível e somavam o montante de R\$ 13.991 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.199 em 31 de dezembro de 2021), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo exigências de prestação de serviço, pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais. Em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 4.067 (R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2021), não existindo processo de valor individual significativo.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

b) Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 9.451 (R\$ 5.686 em 31 de dezembro de 2021), não existindo processo de valor individual significativo.

c) Processos tributários

A Companhia possuía processo correspondente a questionamento sobre a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre serviços prestados na Zona Franca de Manaus. Em 31 de dezembro de 2022, totaliza R\$ 0 (R\$ 473 em 31 de dezembro de 2021).

Em 02 de março de 2020, a Companhia obteve êxito no processo. Como efeito do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia reconheceu no ativo não circulante e no resultado em março de 2020 os valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, no montante de R\$ 135.945, sendo o principal no montante de R\$ 72.211 reconhecido em outras receitas operacionais e a atualização monetária no montante de R\$ 63.734 em receita financeira.

No dia 29 de julho de 2020, a Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

Depósitos judiciais

Em consequência do trânsito em julgado do processo referente a não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus, em maio de 2020 a Justiça Federal ressarciu o montante de R\$ 123.984.

A Companhia também possui depósitos judiciais no valor de R\$ 5.837 (R\$ 6.014 em 31 de dezembro de 2021), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado é de R\$ 612.044 (R\$ 612.044 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 612.043.568 (seiscentos e doze milhões, quarenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal equivalente ao número de ações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia de Saneamento de Manaus possui 100% de participação no Capital Social da Companhia.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

d) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de subvenção para investimento.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	38.515	60.382
(-) Constituição da reserva legal	(1.926)	(3.019)
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	(7.483)	(16.543)
Lucro líquido ajustado	29.106	40.820
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	7.277	10.205
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos mínimos obrigatórios	7.277	10.205
Dividendos Intercalares	57.476	-
Dividendos Intermediários	30.000	52.795
	94.753	63.000

Em 24 de março de 2022, a Companhia declarou dividendos Intercalares no montante de R\$ 57.476.

Em 31 de março de 2022, a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 58.000.

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia declarou dividendos intermediários no montante de R\$ 30.000, posteriormente pagos em 29 de dezembro de 2022.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

16. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	598.841	539.249
Outros serviços indiretos de água	64.035	69.549
Serviços de esgoto	80.251	64.970
Outros serviços indiretos de esgoto	2.775	-
Receitas de construção ativo intangível	224.068	196.396
Total receita bruta	969.970	870.164
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(11.162)	(10.464)
(-) Impostos sobre serviços	(612)	(491)
Total da receita operacional líquida	958.196	859.209

17. Custos e Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(43.088)	(37.945)
Conservação e manutenção	(4.391)	(4.800)
Serviços de terceiros	(114.377)	(111.394)
Materiais, equipamentos e veículos	(3.836)	(6.247)
Amortização e depreciação	(70.202)	(60.420)
Custo de concessão	(7.347)	(6.633)
Custo de construção ativo intangível	(224.068)	(196.396)
Energia elétrica	(75.852)	(67.545)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	16.135	(109.271)
(Baixa) Recuperação de títulos do contas a receber	(87.805)	27.333
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(9.194)	(9.313)
Produtos químicos	(22.333)	(18.127)
Locação	(6.389)	(2.815)
Outros	(11.695)	(9.982)
	(664.442)	(613.555)
Custos dos serviços prestados	(480.758)	(434.737)
Despesas administrativas e gerais	(183.684)	(178.818)



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.536	11.654
Juros e multa recebidos ou auferidos	30.562	24.049
Atualização monetária de depósitos judiciais	102	42
Atualização de tributos	6.317	2.482
Outras receitas financeiras	801	200
Receitas financeiras	<u>49.318</u>	<u>38.427</u>
Despesas		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12)	(94.244)	(79.268)
Descontos concedidos	(144.499)	(114.582)
Despesas e comissões bancárias	(5.518)	(5.367)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(31.858)	(12.492)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(2.550)	(1.788)
Outras despesas financeiras	(12.808)	(5.244)
Despesas financeiras	<u>(291.477)</u>	<u>(218.741)</u>
Resultado financeiro	<u>(242.159)</u>	<u>(180.314)</u>

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	53.892	66.437
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(18.323)</u>	<u>(22.589)</u>
Despesas indedutíveis	1.793	(240)
Provisão para bônus diretoria	(1.087)	-
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	823	3.808
Inovação Tecnológica	678	316
PAT	727	754
Doações Rouanet e Caráter desportivo	-	25
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	-	11.847
Outras diferenças permanentes	12	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(26.038)	(32.263)
Diferido	3.178	9.665
Lucro da exploração	7.483	16.543
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(15.377)</u>	<u>(6.055)</u>
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>9%</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2022	2021
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(18.555)	(15.720)
Saldo pagos referente a anos anteriores	(12)	(1.656)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(38)	-
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	18.226	15.721
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(379)	(1.655)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	17.008	26.158
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	-	(11.847)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.218	1.410
Total	18.226	15.721

(i) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração da Companhia até o ano calendário de 2030.

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Resultado	2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	53.259	(2.461)	50.798
Provisão para participação nos lucros	910	65	975
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.310	(1.216)	1.094
Ajuste a valor presente de clientes	7.226	4.858	12.084
Arrendamentos	95	32	127
Baixa por perda parcelamentos	167	39	206
Perda com clientes	1.220	(260)	960
Ativo fiscal diferido	65.187	1.057	66.244
Juros capitalizados	(7.135)	(1.300)	(8.435)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.577)	147	(1.430)
Baixa de títulos do contas a receber	(47.679)	3.229	(44.450)
Correção depósito judicial	(45)	45	-
Passivo fiscal diferido	(56.436)	2.121	(54.315)
Ativo fiscal diferido líquido	8.751	3.178	11.929



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos--Continuação

	<u>2020</u>	<u>Resultado</u>	<u>2021</u>
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	36.595	16.664	53.259
Provisão para participação nos lucros	478	432	910
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.236	74	2.310
Ajuste a valor presente de clientes	5.321	1.905	7.226
Arrendamentos	59	36	95
Baixa por perda parcelamentos	-	167	167
Perda com clientes	-	1.220	1.220
Ativo fiscal diferido	<u>44.689</u>	<u>20.498</u>	<u>65.187</u>
Juros capitalizados	(6.447)	(688)	(7.135)
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.060)	483	(1.577)
Baixa por perda de títulos do contas a receber	(37.058)	(10.621)	(47.679)
Correção depósito judicial	(38)	(7)	(45)
Passivo fiscal diferido	<u>(45.603)</u>	<u>(10.833)</u>	<u>(56.436)</u>
(Passivo) Ativo fiscal diferido líquido	<u>(914)</u>	<u>9.665</u>	<u>8.751</u>

20. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 333.102, representando aproximadamente 44,06% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, esta provisão era de R\$ 349.237, representando aproximadamente 43,94% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	4	4.399	4.915
Aplicações financeiras	5	40.421	143.006
Contas a receber de clientes	6	414.732	445.536
		<u>459.552</u>	<u>593.457</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		2022					
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	48.783	48.783	37.878	10.905	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	892.692	1.306.609	121.538	111.250	527.537	247.474	298.810
Dividendos a pagar	7.277	7.277	7.277	-	-	-	-
Outras contas a pagar	15.645	17.621	8.596	2.199	2.183	2.014	2.629
	<u>964.397</u>	<u>1.380.290</u>	<u>175.289</u>	<u>124.354</u>	<u>529.720</u>	<u>249.488</u>	<u>301.439</u>
		2021					
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	50.668	50.668	47.646	3.022	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	826.543	1.073.303	75.838	409.666	53.334	459.002	75.463
Outras contas a pagar	14.739	16.857	8.187	1.717	1.624	1.609	3.720
	<u>891.950</u>	<u>1.140.828</u>	<u>131.671</u>	<u>414.405</u>	<u>54.958</u>	<u>460.611</u>	<u>79.183</u>

Estrutura de gerenciamento de risco

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	40.421	143.006
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	899.930	826.543
Outras contas a pagar	9.467	8.621
	<u>909.397</u>	<u>835.164</u>

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	40.421	Variação do CDI	13,65%	5.517	6.896	8.276	4.138	2.759
2- Passivos financeiros								
Financiamentos	(139.503)	Variação da TJLP	7,20%	(10.044)	(12.555)	(15.066)	(7.533)	(5.022)
Empréstimos e financiamentos	(21.506)	Variação da Selic	13,65%	(2.936)	(3.670)	(4.404)	(2.202)	(1.468)
Debêntures e Notas Promissórias Comerciais	(362.320)	Variação do CDI	13,65%	(49.457)	(61.821)	(74.186)	(37.093)	(24.729)
Debêntures	(376.601)	Variação do IPCA	5,78%	(21.768)	(27.210)	(32.652)	(16.326)	(10.884)
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(859.509)</u>			<u>(78.688)</u>	<u>(98.360)</u>	<u>(118.032)</u>	<u>(59.016)</u>	<u>(39.344)</u>



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB de liquidez imediata.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2022	2021	2022	2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	Nível 2	4.406	4.920	4.406	4.920
Aplicações financeiras (i)	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	40.421	143.006	40.421	143.006
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	414.732	445.536	414.732	445.536
Total				459.559	593.462	459.559	593.462
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	11	Custo amortizado	Nível 2	48.783	50.668	48.783	50.668
Empréstimos, financiamento e debêntures (ii)	12	Custo amortizado	Nível 2	892.692	826.543	930.649	849.531
Dividendos a pagar (i)	8	Custo amortizado	Nível 2	7.277	524	7.277	524
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	15.645	14.736	15.645	14.736
Total				964.397	892.471	1.002.354	915.459

- (i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.
- (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2022	2021
Danos materiais	111.000	124.000
Responsabilidade civil	120.000	100.000
Equipamentos	75	75
Executante concessionário	28.881	35.411
Riscos de engenharia	102.000	220.567



Manaus Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

22. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Resultado básico e diluído por ação

Lucro líquido da Companhia
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)
Lucro básico e diluído por ação - R\$

	2022	2021
Lucro líquido da Companhia	38.515	60.382
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	612.044	612.044
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,06	0,10

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente da taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98% até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.

24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

